

ATA DA OCTOGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 09-9-2019.

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Hamilton Sossmeier, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 192/19 (Processo nº 0423/19), de autoria de Cláudio Conceição; o Projeto de Lei do Legislativo nº 177/19 (Processo nº 0390/19), de autoria de Cláudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 092/19 (Processo nº 0182/19), de autoria de Engº Comassetto; o Projeto de Resolução nº 022/19 (Processo nº 0290/19), de autoria de Mauro Pinheiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 149/19 (Processo nº 0320/19), de autoria de Moisés Barboza. Também, foi apregoado o Ofício nº 850/19, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/19 (Processo nº 0443/19). Ainda, foi apregoado o Processo SEI nº 018.00054/2019-86, por meio do qual é autorizada Representação Externa de André Carús, no dia doze de setembro do corrente, no Seminário Cidade Bem Tratada, em Porto Alegre. A seguir, a Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Liziane Chitolina Eberle, Coordenadora da sede de Porto Alegre do Centro de Valorização da Vida, que se pronunciou acerca da campanha Setembro Amarelo de Valorização da Vida e Prevenção do Suicídio e do trabalho do Centro de Valorização da Vida. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Aldacir Oliboni, Prof. Alex Fraga, Lourdes Sprenger, Cassiá Carpes, Cláudio Janta e Márcio Bins Ely manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Cláudia Araújo. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e seis minutos às quatorze horas e cinquenta minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Engº Comassetto. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Aldacir Oliboni. Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Cláudio Conceição e Cassio Trogildo, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi rejeitado Requerimento verbal formulado por Marcelo Sgarbossa, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por oito votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por

Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista e Prof. Alex Fraga e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum e Valter Nagelstein. Foram apregoadas as Emendas nº 04, assinada por João Bosco Vaz e Cláudio Janta, e 05, assinada por Mônica Leal e João Carlos Nedel, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/18 (Processo nº 1333/18). Foi rejeitado Requerimento verbal formulado por Prof. Alex Fraga, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por onze votos SIM e vinte e um votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Adeli Sell, Cláudio Janta, André Carús, Karen Santos, João Bosco Vaz, Prof. Alex Fraga e Cassiá Carpes, em votação nominal solicitada por Paulo Brum, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Foi apregoado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/19 (Processo nº 0442/19), de autoria de Airto Ferronato, Prof. Alex Fraga, André Carús, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foram apregoadas as Emendas nº 06, assinada por Karen Santos e Roberto Robaina, e 07, assinada por Karen Santos e Prof. Alex Fraga, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/18. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/18 (Processo nº 1333/18), após ser discutido por Moisés Barboza, Adeli Sell, Roberto Robaina, Felipe Camozzato, Mauro Zacher, Cláudio Janta, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Prof. Alex Fraga, Valter Nagelstein, Engº Comassetto, Marcelo Sgarbossa, João Carlos Nedel, Karen Santos e Airto Ferronato. Foi apregoada a Emenda nº 08, assinada por Prof. Alex Fraga, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/18. Foi apregoado Requerimento de autoria de Prof. Alex Fraga, solicitando votação em destaque para as Emendas nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/18. Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Marcelo Sgarbossa. Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por João Carlos Nedel, à Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/18, e foi apregoado Requerimento de autoria de João Carlos Nedel, solicitando votação em destaque para essa subemenda. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/18, por nove votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por João Bosco Vaz, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Mauro Zacher e Valter Nagelstein, em votação nominal solicitada por Mendes Ribeiro, tendo votado Sim Airto Ferronato, Cassiá

Carpes, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Mauro Zacher e Paulinho Motorista e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Na ocasião, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Adeli Sell. Após ser encaminhada à votação por Airto Ferronato, a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/18 teve sua votação suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezoito horas e vinte minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudio Janta, foi encerrada a Ordem do Dia. Em prosseguimento, transcorreu o período de Comunicações, sem pronunciamentos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Professor Wambert, Moisés Barboza e Mauro Pinheiro. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 007, 009 e 011/19 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 139/19; em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 109/19. Durante a sessão, Engº Comassetto, Professor Wambert e Valter Nagelstein manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Fernanda Melchionna, deputada federal, e de Cleiton Freitas, ex-vereador. Às dezoito horas e quarenta minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal, Reginaldo Pujol e Mendes Ribeiro e secretariados por Mendes Ribeiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Centro de Valorização da Vida – CVV, sede Porto Alegre, que tratará de assunto relativo à divulgação da campanha Setembro Amarelo de Valorização da Vida e Prevenção do Suicídio e do trabalho do CVV. A Sra. Liziane Eberle, coordenadora-geral, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. LIZIANE CHITOLINA EBERLE: Boa tarde a todos. Eu pediria atenção para que vocês conheçam o Centro de Valorização da Vida – CVV. O CVV de Porto Alegre é uma ONG sem fins lucrativos, que atua desde 1970, ou seja, há 49 anos, prestando apoio emocional a todas as pessoas que precisam e querem desabafar. Esse trabalho é feito por voluntários, 24 horas por dia, todos os dias, para atender a qualquer pessoa que busque apoio emocional, através do número gratuito 188, ou por *chat* no *site* cvv.org.br. A procura pelo serviço utilizando o telefone é muito intensa, recebemos em

média 12 mil ligações/dia, e somos apenas três mil voluntários em todo o Brasil, sendo 90 em Porto Alegre.

Certos de que o suicídio não é uma fatalidade e que pode ser prevenido, o CVV atua há 57 anos no trabalho de apoio emocional no Brasil. O preconceito em falar sobre o tema faz com que a sociedade não perceba que este comportamento pode estar muito perto das pessoas com quem se convive. Preocupados com esse fato, o CVV e outros órgãos iniciaram, a partir de 2014, uma campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio chamada Setembro Amarelo, com o objetivo de alertar a população da realidade do suicídio no Brasil e no mundo e suas formas de prevenção, sendo o dia 10 de setembro o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio, definido pela OMS – Organização Mundial da Saúde. A partir daí, e com atuação intensa do CVV, criou-se um grupo de trabalho e que hoje é o Comitê Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio, instituído pelo decreto nº 53.361, em 22 de dezembro de 2016, o qual atua incansavelmente o ano todo para capacitar, orientar e proporcionar prevenção e pós-prevenção nos casos de tentativa de suicídio.

Os serviços prestados pelo CVV à sociedade na área de prevenção do suicídio foram nacionalmente reconhecidos como de utilidade pública em nível federal pelo Decreto-Lei nº 73.348, de 20 de dezembro de 1973. Da mesma forma, o CVV Porto Alegre, através de sua mantenedora, foi considerado utilidade pública através da Lei Municipal nº 6.466, de 23 de outubro de 1989.

Presente onde o poder público não consegue com seus programas de proteção à vida, nos últimos anos o CVV passou a contribuir com sua experiência na construção de políticas públicas voltadas para a prevenção do suicídio, tendo celebrado Termo de Cooperação Técnica com o Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, realizando apoio emocional através do fone gratuito 188, sob total sigilo.

Esta casa aprovou, então, o Projeto de Lei nº 12.314, que foi sancionado pelo prefeito Nelson Marchezan, no dia 5 de outubro de 2017, incluindo o evento Setembro Amarelo no Calendário de Eventos de Porto Alegre, impulsionando ainda mais essa campanha, ajudando a promover capacitações e debates sobre o tema e iluminando prédios públicos. A CVV Porto Alegre oferece Grupo de Apoio aos Sobreviventes de Suicídio – GASS, em dois CAPS da capital. No CAPS AD III Pernambuco e no CAPS AD III Girassol, no bairro Restinga, beneficiando pessoas que passaram por situações de suicídio de algum familiar ou delas próprias, que neste grupo encontram apoio mais efetivo.

Através do CVV Comunidade nos fazemos presentes também nas escolas, em ações que promovam a valorização da vida tanto de estudantes como de professores, tão necessitados de compreensão sobre o assunto automutilação, depressão, *bullying* e suicídio, auxiliando assim a Secretaria de Educação, sendo parceiro da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar – CIPAVE. Todas as atividades são gratuitas e proporcionam desenvolvimento pessoal, social e melhoria de qualidade de vida. Muitas pessoas se beneficiam do aprendizado das técnicas que o CVV

proporciona para autoconhecimento e apoio a outras pessoas, estimulando assim o voluntariado.

O CVV Porto Alegre é totalmente mantido e administrado pela mantenedora Assam – Associação de Auxílio Mútuo, responsável por arrecadar fundos e manter em dia os pagamentos mensais obrigatórios de água, luz, internet, condomínio e outros, mantenedora que não possui ajuda externa de órgão nenhum, nem de projetos ou verbas, sobrevive com contribuições e ações internas para arrecadação de fundos. A instituição tem personalidade jurídica e não está vinculada a qualquer religião, governo ou partido político. Qualquer pessoa da sociedade, órgão público ou civil pode ajudar a mantenedora do CVV com qualquer valor, basta ser sensível à causa que beneficia diariamente as pessoas que precisam de apoio em algum momento de sua vida.

Senhoras e senhores, a cada 40 minutos uma pessoa se suicida no Brasil e, de cada dez suicídios, nove poderiam ter sido evitados se fossem vistos os sinais ou se pudessem ter falado sobre isso com alguém. O Rio Grande do Sul é o Estado em que mais pessoas se suicidam no Brasil, sendo a capital, Porto Alegre, local onde tem maior índice. Para podermos continuar com o nosso trabalho, contamos com a força e o empenho dos vereadores desta cidade para que a nossa entidade receba um apoio mensal para seguirmos desenvolvendo nosso voluntariado em prol da vida. Porto Alegre necessita desse carinho, Porto Alegre precisa reduzir seus índices de suicídio. O CVV e sua mantenedora merecem seguir oferecendo serviços de excelência para milhares de gaúchos que usufruem a nossa atenção e sigilo. O nosso endereço é na Rua José de Alencar, nº 414, sala 205, bairro Menino Deus. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta, Ver.^a Mônica Leal; a nossa convidada desta tarde no período da Tribuna Popular, Sra. Liziane Eberle, divulgando a campanha Setembro Amarelo da valorização da vida e prevenção ao suicídio em Porto Alegre. Queria, primeiramente, dizer que estava atento nas suas colocações e me chamava a atenção na medida em que V. Sa. falava que a cada 40, 46min uma pessoa não perde a vida, retira a vida, porque a pessoa se mantendo, se suicidando, está retirando a oportunidade que Deus deu a nós de ter uma vida saudável – ou mesmo com dificuldades, mas nós precisamos enfrentar esse desafio do dia a dia. Queria parabenizar a entidade na medida em que, muitas vezes, nós percebemos que a grande parte dessas pessoas que retiram suas vidas sofrem de depressão, elas têm síndrome do pânico, elas têm uma série de questões que, por sua vez, se tivessem um atendimento público disponível, essas pessoas teriam, em tese, um tratamento em tempo real para poder evitar esses transtornos ou esses suicídios. Quando se tem uma entidade que faz esse alerta, é fundamental, por isso quero parabenizar o trabalho de vocês não só em Porto Alegre, mas no Brasil. Olhando os dados, o Brasil está em segundo no

ranking mundial; Porto Alegre, no ranking nacional, está em primeiro lugar. Não é qualquer coisa, 5,8% da população brasileira sofre depressão, podendo ter a prerrogativa de cometer suicídio. Então, quero parabenizá-la e dizer que a Câmara, na medida em que aprova um projeto de lei, instituindo o mês de setembro como mês amarelo, representando um combate ao suicídio, coloca em evidência uma ação que deveria ter mais preocupação do governo, que muitas vezes deixa muito a desejar. Parabéns pelo trabalho da entidade de vocês, que Deus ajude a proteger cada vez mais essas pessoas que, por um lapso ou num momento de descuido, eu diria, por um não cuidado, acabam retirando sua vida. Um bom trabalho, parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, gostaria de fazer uma saudação a ti, Liziane, bem como a todos os colaboradores do CVV, em nome da bancada do PSOL, dos vereadores Roberto Robaina e Karen Santos, bem como destacar nossa preocupação, principalmente com os jovens. Nós percebemos um aumento significativo no número de automutilações, o que, de certa forma, é a exteriorização – o fato de ser cortar, se machucar – de um sofrimento psíquico muito grande. Então, aquele sofrimento físico pouco surte diferença em contrapartida com o sofrimento psíquico que a pessoa está suportando; portanto, essa manifestação precisa da atenção de todos e que encaminhem justamente para o acompanhamento, porque não é uma coisa simples. Como tu mesmo disseste, e o Ver. Oliboni ressaltou, Porto Alegre, para nossa infelicidade, é campeã brasileira nesses casos. Por isso a nossa atenção precisa ser plena, e a Prefeitura não pode apenas se contentar em iluminar prédios. Nós precisamos de programas institucionais na Secretaria da Saúde, fazendo que haja divulgações bem significativas por parte, justamente, dos veículos de comunicação. Já que a Prefeitura aloca, nas leis orçamentárias, milhões de reais todos os anos para publicidade, que essa publicidade seja utilizada justamente para mostrar quais são os sinais que os familiares e os amigos podem identificar para encaminhar uma pessoa a procurar ajuda, prevenindo um mal maior. Um grande abraço a ti e a todos os colaboradores do Centro de Valorização da Vida.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Querida, Liziane, o trabalho de vocês, posso dizer que deve ser considerado insubstituível pelos anos de atuação e conhecimento daquelas pessoas que buscam apoio na hora difícil. Com esse

trabalho, vocês têm feito tanta prevenção, salvando tantas pessoas, embora nós tenhamos, no Município, escapes, mas isso é o depois. Realmente, tem-se falado em suicídio nos últimos anos, com mais evidência, temos o Setembro Amarelo. Não são só as síndromes que são as causas, mas as drogas evoluíram nos lares, entre jovens, e também há a depressão dos idosos ou da meia idade, isso também provoca essas tendências e até a prática final do suicídio. Parabéns a vocês, continuem assim. O trabalho de vocês é insubstituível, podem agregá-lo, mas não o substituir. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar a Liziane Eberle, coordenadora-geral, e quero saudar a nossa Presidente. Em nome da Presidente, que é do nosso partido, este vereador, o Ver. João Carlos Nedel e o Ver. Ricardo Gomes queremos nos associar a esta homenagem e a essas palavras que tu disseste aqui. Como é importante esse trabalho, um trabalho comunitário, um trabalho eventual. Há pessoas que só têm a vocês, porque, às vezes, até a família abandona, não tem o carinho de um vizinho, de um parente, de ninguém. Neste final de semana, eu fui chamado para falar com uma pessoa pelo telefone, lá da minha terra, que estava num momento difícil – isso não foi fácil, só vocês mesmo podem fazer isso. Eu tive que fazer uma volta, descobrindo quem era o filho e a filha dessa pessoa, para que eles fizessem melhor do que eu, porque são parentes, são identificados, mostrei a situação, graças a Deus tudo ocorreu bem, não era tão grave assim, mas como é difícil chegar nas pessoas. Esse trabalho que vocês fazem, pelo telefone 188, é muito importante, isso é um carinho imenso, vocês sabem como chegar, como dialogar, como acalmar as pessoas. Meus parabéns, em nome da bancada do PP. Estamos à disposição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Liziane; muitas vezes as pessoas dizem que uma pessoa tem tudo – tem casa, tem emprego, tem família, carro novo, tudo, viaja –, mas não sabem que lá dentro a pessoa tem uma tristeza que ninguém consegue tirar, uma angústia, uma mágoa que ninguém consegue tirar. Então, eu quero dizer que esse trabalho que vocês exercem permite que, no anonimato, as pessoas liguem, procurem um consolo, uma orientação que, muitas delas, às vezes, têm tudo, mas não têm um ombro amigo, não têm um carinho, não têm alguém que as oriente. E com esse grande número de pessoas desempregadas que nós temos hoje no nosso País, isso tende a aumentar: as pessoas tinham tudo e perderam

tudo. Então, é outro desenho das pessoas que sofrem depressão. Depressão não tem cara, não tem rosto, não tem idade, não tem classe social, não tem nada, é uma dor, uma angústia que as pessoas trazem no peito, e vocês ajudam ouvindo elas. Uma das principais coisas que ajuda a superar isso é ter um ouvido amigo, um ombro amigo e um coração grande como o de todos que prestam esse serviço. Meus parabéns!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Mônica Leal, muito obrigado; saudando V. Exa., saúdo os demais vereadores e vereadoras, em especial a Liziane, que vem também com uma comitiva. Cumprimento todas e todos aqui presentes, todos de amarelo. Realmente, 49 anos não são 49 dias, nem 49 meses, então quero cumprimentá-los por esse trabalho que vocês fazem. Pelo que entendi, são mais de 3 mil voluntários, realmente existe uma grande mobilização, quero me somar a isso. Só quem teve na família um episódio de suicídio é que sabe a dor que se tem pela insuficiência de se poder tomar alguma medida no pós-trauma ou na situação irreversível. Além de vereador, eu também presido um conselho de classe, o Conselho dos Corretores de Imóveis, uma profissão de muitos altos e baixos. Nós temos lá uma equipe, e casualmente fui procurado, um pessoal nos procurou, só para tratar dos casos de depressão dos corretores de imóveis, ainda mais num momento de crise. Claro que agora o mercado dá sinais de reaquecimento, mas existe também, por trás da depressão, por causa da ansiedade, por trás das dificuldades financeiras, uma situação de muita angústia que, às vezes, leva a pessoa a tomar uma atitude extrema. Então, queria cumprimentar vocês, a senhora e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, funcionam como um coração aquecido, um ombro amigo, que estende a mão em uma hora de dificuldade, às vezes, salvando a vida de uma pessoa. Há uma história que o pessoal conta de um senhor que ia levar pão para uma velhinha, sempre batia na porta, e aí, determinado dia, bateu tanto na porta, chovia tanto, que ela foi lá ver quem era, era o amigo levando pão, e a velhinha estava com a corda da força no pescoço. Acho que é muito importante a gente não desistir de ninguém. Vocês realmente representam algo muito importante, porque representam a esperança de pessoas que, se não houvesse esse auxílio pelo 188, que é o telefone, ou pelo *site* da *cvv.org.br*, talvez hoje já tivessem tirado a própria vida. Às vezes são incompreensões, são momentos específicos e pontuais que, se superados, a pessoa retorna e às vezes nasce de novo para uma vida até muito melhor, enfim. Eu quero deixar aqui o nosso registro, o nosso reconhecimento fraterno ao trabalho que vocês fazem, que vocês representam e a realidade das pessoas que vocês transformam. Muito obrigado, um forte abraço. Vida longa ao CVV!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MONICA LEAL (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLAUDIA ARAÚJO (PSD): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sra. Liziane Eberle, saúdo o público que nos acompanha; neste mês evidenciamos o Setembro Amarelo, que é o mês ao combate, principalmente à prevenção ao suicídio. Como podemos ser solidários ao próximo e como prevenir algo que é tabu na sociedade e muitas vezes visto de maneira errônea pela população e que pode ocorrer por vários fatores além da silenciosa depressão?

Conforme a Organização Mundial de Saúde, o Brasil está em 8º lugar dentre os países com maiores números de suicídios, atrás da Índia, China, Estados Unidos, Rússia, Japão, Coreia do Sul e Paquistão. Em 2013 contabilizou 11.821 suicídios, sendo 9.198 do sexo masculino e 2.623 do sexo feminino – em taxas relativas, mortes por cem mil habitantes. O Rio Grande do Sul tem a maior taxa, com 10,2%.

Ressalto a importância não só neste mês, mas durante todo o ano, do Centro de Valorização à Vida, que foi fundado em São Paulo, em 1962. O CCV é uma associação civil sem fins lucrativos, filantrópica, e foi reconhecida como de utilidade pública federal em 1973, mantenedora e responsável pelo programa CVV de Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio. Presta serviço voluntário e gratuito de apoio emocional. Em 1977, a expandiu-se por outras cidades do País, estando hoje em quase todas as capitais e diversas cidades do interior do Brasil. São aproximadamente 70 postos e cerca de 2 mil voluntários que se revezam para atendimento 24 horas por dia, inclusive aos domingos e feriados. Esse atendimento é prestado pelo telefone 188, grátis, em todo o País. Hoje, em média 25 pessoas se suicidam por dia no Brasil. Esse número não pode passar despercebido, precisamos incentivar mais CVVs para que menos pessoas tirem suas vidas. Precisamos acolher as pessoas à nossa volta, escutar, dialogar, pois cada pessoa carrega em si universos diferentes de humanidades, e nós todos estamos juntos para conviver em sociedade. Aquele olhar atento quando algo não está bem pode fazer toda a diferença. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Muito obrigada. Suspendo os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h46min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 14h50min: Estão reabertos os trabalhos.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(Aparte antirregimental do Ver. Mendes Ribeiro.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não é sobre o tema, Ver. Mendes. Ele tem direito à liderança.

VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Ver.^a Mônica Leal, quero iniciar cumprimentando cada um dos colegas vereadores e vereadoras. Venho aqui, com muita honra, falar em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, em meu nome e em nome dos vereadores Adeli Sell, Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa, que é nosso líder, primeiro para trazer a esta Casa e anunciar aqui que o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, no dia de ontem, realizou as eleições, num processo de eleição direta para escolher todas as suas lideranças em todas as zonais, em todos os municípios, tirar a delegação para os estados e a delegação nacional. Em Porto Alegre, o nosso partido mobilizou aproximadamente dois mil filiados ontem que participaram intensamente em todas as zonais, num processo que é da cultura do Partido dos Trabalhadores, que é da sua oficialidade e que faz com cada filiado possa discutir e votar nas suas direções. Eu quero aqui anunciar aos colegas vereadores que, dando continuidade ao trabalho do PT de Porto Alegre, substituindo o nosso atual presidente Rodrigo Dilelio, elegemos a nossa ex-presidenta desta Casa, Maria Celeste, que será a próxima presidente do Partido dos Trabalhadores. E temos um grande desafio pela frente: já estamos trabalhando para constituir uma frente. Uma frente política em Porto Alegre, a partir dos partidos da esquerda, e que tenha a amplitude necessária para que possamos dialogar, discutir. Esse é um processo muito inicial, em que já existe um conjunto de diálogos, com um conjunto de partidos. É da democracia a busca para restabelecer em Porto Alegre o que chamamos da defesa e do trabalho das políticas sociais no Município de Porto Alegre. Quero aqui trazer os nossos cumprimentos ao Rodrigo que deixa a direção, bem como a Maria Celeste que vai assumir o desafio pelos próximos quatro anos.

O segundo ponto que venho falar, em nome da nossa bancada, e também posso dizer aqui que em nome de todos os colegas vereadores que trabalharam aqui sobre o tema da comunidade do Mato Sampaio – que estava para receber a ação de despejo amanhã –, é que esta Casa fez uma ação, por um conjunto de Comissões – CUTHAB, COSMAM, CEFOR, CECE e outras –, fez todo o trabalho de enfrentamento do problema. Reverencio o Ver. Dr. Goulart, porque tudo começou lá na CUTHAB.

Na sexta-feira, à tarde, Dr. Goulart, a Promotoria, que recebeu a nossa mensagem – e quero destacar aqui o Dr. Heriberto e a Dra. Débora, da Promotoria de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística –, encaminhou para a juíza a decisão que de já existia uma ação civil pública da Promotoria dizendo que a comunidade da Bom Jesus já tinha o direito adquirido da concessão do uso especial do solo para fins de moradia. Com isso, a juíza suspendeu a reintegração de posse da Mato Sampaio. Quero anunciar, todos já sabem, mas é um trabalho que nasceu aqui, cito os 36 vereadores, porque dos que estiveram representados, não houve nenhuma oposição nesta Casa, Carús, foi um trabalho colegiado, coletivo. A juíza está com a ação do Ministério

Público. Quero dizer que o projeto de lei está pronto, verificamos há pouco com o nosso diretor legislativo e com a Presidenta Mônica Leal, em breve será homologado aqui na Casa o projeto de lei transformando a área da comunidade da Mato Sampaio em área especial de interesse social. Com isso, teremos mais uns dias, queríamos votar hoje, mas o prazo foi dilatado para que possamos analisar e votar, provavelmente na próxima semana ou algo parecido – tema este a ajustar com as demais lideranças.

Por último, gostaria de dizer aqui, Ver. Mauro Pinheiro, que nós, vereadores que estamos trabalhando neste tema, fomos surpreendidos na sexta à tarde. Era o pedido desta Casa que o prefeito municipal recebesse a Comissão com os moradores, mas, através dos moradores, recebemos o seguinte comunicado: “O prefeito vai nos receber, mas não quer nenhum vereador junto”. Eu pensei: “Está bem, nós somos da oposição, pode ser que isso não tenha validade”. Mas aí eu lembrei: “O Ver. Dr. Goulart é da base do governo, o Carús é da base do governo, o Valter é da base do governo”. Bom, mas na foto estavam o Ver. Moisés e o Ver. Mauro Pinheiro. Portanto, eu não entendo bem como funciona isso, se é um trabalho de todos os vereadores, o prefeito também tem que dialogar com todos os vereadores.

Quero dizer isso, para registrar aqui, acho que o respeito entre os poderes Executivo e Legislativo deve sempre existir num bom tom e num bom nível, e se nós fôssemos junto, comunidade, quero dizer que nós iríamos junto só para ajudar o prefeito a encontrar a melhor solução para o problema, não iríamos, de maneira nenhuma, colocar qualquer impedimento, porque o prefeito tem a caneta e pode decidir sobre isso, apesar de não ter decidido, apesar de dizer: “Ah, vou deixar umas casas, vou tirar outras, vou oferecer seguro moradia para alguns”, coisas desse tipo. Bom, nós, vereadores, continuamos aqui com a mesma pauta, que é garantir o direito de moradia a cada um e cada uma que lá estão há 40, 50 ou 60 anos. O Estatuto da Cidade e a Constituição já determinaram, a Promotoria e a juíza acolheram exatamente essa tese: vocês têm direito à concessão do uso especial do solo para fins de moradia conforme o Estatuto da Cidade.

Então, estamos caminhando na mesma direção, e quero dizer aqui, em nome da oposição – Ver. Prof. Alex Fraga, Ver.^a Karen Santos e a nossa bancada –, que estamos à disposição do prefeito municipal para ajudá-lo a resolver esse problema, assim como estamos trabalhando. Esse não é um problema de um ou outro vereador, não é um problema de um ou outro morador, esse é um problema da afirmação do direito de cidadania de Porto Alegre. Assim como eles, têm mais 750 vilas irregulares com processo de despejo. E nós temos que estar alertas para não vender área pública antes que seja destinada para o direito à moradia. Então, a comunidade Mato Sampaio, sob o nosso ponto de vista, tem um avanço e uma conquista. Um grande abraço a todos e um abraço aos colegas vereadores que se envolveram nesse tema. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta, Ver.^a Mônica; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, de modo especial a comunidade da Mato Sampaio e Bom Jesus – sejam bem-vindos –, e todos os cidadãos que estão nos acompanhando pela TVCâmara. Eu queria dedicar este Grande Expediente a um diálogo franco aqui com os nobres colegas vereadores e vereadoras, na medida em que esse assunto já estava preparado na semana passada, e, por consequência do adiamento o Grande Expediente, estou tendo a oportunidade de falar agora sobre as 80 famílias que teriam sido despejadas da sua comunidade, ali na Mato Sampaio e Bom Jesus, região Leste de Porto Alegre. É óbvio que todos nós, creio que foi uma opinião unanime, ficamos preocupados na medida em que se sabia que a área de compensação dada pela Rossi não seria praça, mas sim destinada à moradia. Mas eu faço questão de fazer a leitura de uma carta que recebi da comissão, como também de vários moradores daquela região, e mais precisamente da comissão que está aqui presente, do Solon, da Patrícia, da Bruna e da Geni. Bem-vindos e parabéns pelo trabalho de vocês. (Exibição de imagens.) Enquanto isso está passando algumas fotos que os senhores e as senhoras estão acompanhando: “Há dez anos, o bairro Bom Jesus vem sendo cercado por condomínios de alto padrão. O território até então discriminado, apontado pela alta sociedade como um bairro da periferia, agora está sendo invadido por grandes empreendimentos imobiliários – me perdoem a palavra invadidos, mas os senhores entendem o porquê –, condomínios de luxo que contrastam com a dura realidade de moradia e que a população enfrenta por aqui. A vila Mato Sampaio é uma comunidade consolidada, localizada no bairro Bom Jesus, região leste de Porto Alegre. Os primeiros moradores vieram para cá ainda na década de 1960, muitas famílias se constituíram aqui. Com a luta dos moradores, a comunidade conquistou o saneamento básico, escola, posto de saúde, transporte público, creche. Agora, os condomínios que estão vindo para cá não respeitam nossa história, nossa luta, nossa moradia. Desde abril, algumas famílias começaram a receber notificações de despejo e não sabemos bem por que temos que sair daqui? Os técnicos da Prefeitura vieram fazer medições, foram e voltaram. Dia 26 de agosto, a Procuradoria do Município, o DEMHAB, a Brigada Militar, os Bombeiros, a Defensoria Pública do Estado e representantes do empreendimento - que querem despejar as famílias do seu território - comunicaram aos moradores, durante reunião lá no CRIP, região leste, como iriam nos tirar daqui. Disseram que vão nos tirar porque a área agora será uma praça do condomínio Central Parque construído pela empresa Rossi. Essa praça é uma contrapartida do condomínio para a comunidade. Que contrapartida é essa que, sem dialogar com as comunidades, decide pelos moradores e, pior, despeja os moradores de suas casas sem direito a nada? Por que não pensaram numa contrapartida que beneficie a comunidade? Temos inúmeras demandas que não estão sendo garantidas pela Prefeitura: abertura de novas vagas em creches, abertura de novas escolas de educação

infantil, abertura de vagas em escolas de educação fundamental, consulta com médicos especialistas, atendimento na área da saúde mental, linha de ônibus nessa área baixa da comunidade Bom Jesus; enfim, a comunidade necessita de tantas e tantas melhorias. Somos 80 famílias com suas vidas organizadas, com suas relações familiares e afetivas na comunidade”. Portanto, quero reforçar que esta pequena carta ou comunicação que chega aos nobres vereadores teve, sem dúvida, uma grande repercussão na medida em que várias comissões, Ver. Carús, inclusive a nossa, COSMAM, estiveram reunidas para fazer um documento que foi unânime, trazido aqui pelo Ver. Valter também, e todos os vereadores que estavam no plenário assinaram. No dia seguinte, o próprio prefeito municipal recebeu a comissão dos moradores; Ver. Mauro, eu lhe dou oportunidade no microfone, se V. Exa. achar necessário, para saber o que foi, então, dito para a comunidade, na medida em que nós temos urgência para encaminhar o projeto de lei, e esperamos que venha a esta Casa para transferir, isto é, mudar a lógica de que não seja uma praça, mas, sim, que esta área seja destinada para uso de moradias. Então, nesse sentido, nós estamos não só dialogando com os moradores numa ideia de que seja inadmissível que nós, vereadores da Câmara de Porto Alegre, aceitemos uma decisão arbitrária, eu diria, na medida em que a Prefeitura não teve, naquela ocasião, a sensibilidade de perceber isso. Creio que agora percebeu e, portanto, voltará atrás. Não havia nem sequer necessidade de entrar na justiça, se a Prefeitura voltasse atrás, mas agora, com a ação de reintegração ou com a possibilidade de um tempo para negociar, nós temos que fazer o nosso papel. É nesse sentido que eu queria dizer que nós queremos construir esse espaço com apoio de toda a Câmara de Vereadores, com o parecer favorável de todas as comissões; de modo especial, Presidenta, para que este PL tenha, sim, um regime de urgência e, ao mesmo tempo, que haja reunião conjunta das comissões para viabilizá-lo o mais rápido possível. E que a justiça perceba, de fato, que há uma vontade política tanto do governo municipal, como da Câmara Municipal, para viabilizar, de uma vez, essa solução que traz a dignidade, que devolve a dignidade aos moradores da Vila Sampaio e da comunidade Bom Jesus. Sejam bem-vindos, um grande abraço e parabéns pelo trabalho de vocês. (Palmas).

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h10min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a inclusão do PLL nº 004/19 na ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Conceição. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito retirada do PLL nº 288/15 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

Nós iríamos votá-lo na semana passada, quando não houve quórum, e tem pessoas interessadas em vir acompanhar a votação, mas eu não consegui combinar para hoje. Em momento apropriado, combino uma nova data. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (Requerimento): Sra. Presidenta, solicito alteração da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, votar o Requerimento nº 096/19. Após, retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 08 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. João Bosco Vaz e do Ver. Cláudio Janta, ao PLCE nº 016/18.

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria da Ver.^a Mônica Leal e Ver. João Carlos Nedel, ao PLCE nº 016/18.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Presidenta, Ver.^a Mônica Leal; sobre este projeto de lei complementar do Executivo, algumas sessões atrás eu fiz um requerimento a V. Exa. para que pedisse ao Executivo Municipal que nos enviasse a listagem dos imóveis que trata este projeto, que nós sabemos que são mais de 1.500 imóveis na cidade de Porto Alegre, sobre o programa de aproveitamento e gestão dos imóveis, para que pudéssemos analisar e votar. Entendo que isso é uma questão prévia: obter essa resposta para assegurar que a qualidade do nosso voto possa ser baseada em conhecimento do projeto e não simplesmente votarmos sem saber o que estamos votando. Gostaria de consultá-la sobre o retorno desse tema. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Engº Comassetto. O requerimento foi tratado na reunião de líderes, pelo Ver. Prof. Alex Fraga, e repassado ao líder do governo, o Ver. Mauro Pinheiro, que estava na reunião. Eu não recebi resposta, vereador.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Bom, nesse sentido, em função de que venhamos a proteger o patrimônio público da cidade de Porto Alegre, peço o adiamento da discussão deste projeto de lei até que o governo nos envie esse conjunto de informações para que possamos analisar e poder votar com precisão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Engº Comassetto, o seu requerimento pedindo adiamento da discussão é por quantas sessões?

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Eu gostaria que o líder do governo viesse aqui e dissesse quantas sessões ele precisa para nos apresentar a lista dos imóveis, para que possamos analisar. Em função disso, se for por uma, duas, dez sessões... Gostaríamos de ter essa informação.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCE nº 016/18 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.). O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, colegas vereadoras, vereadores, senhoras e senhores, o assunto é por demais sério. Nós temos mais de mil próprios, espaços públicos, que, se for aprovado este projeto de lei, poderão ser vendidos. Primeiro, há um aspecto de ilegalidade neste projeto. No direito administrativo, toda vez que o governo quiser vender um bem público, ele tem que aprovar especificamente uma lei para que, em sendo um bem imóvel, terreno, sala, seja feito o devido processo de desafetação, isto é, tirar a questão que é pública para uso público, para ser vendido, alienado. Essa é a lei clara, cristalina. Vocês poderão, membros, da base do governo, nos passar uma patrola hoje, já vi as ameaças, mas ainda, neste País, existe o direito. Nós vimos, agora, a questão da Mato Sampaio, a juíza viu a ilegalidade do processo e caneteou: “Não, não pode, tem que cumprir a lei neste País”. Tem que cumprir a lei! Ainda temos o estado de direito – ainda! –, querem nos tirar, mas nós resistiremos de todas as formas, de todas as formas! Nós não temos nenhum problema contra a ditadura, contra o autoritarismo, o totalitarismo propor desobediência civil. Essa é a arma do povo, mas há outras, há o devido processo legal; para ter a liberdade de ir e vir, há o *habeas corpus*, por exemplo. Não pode prender qualquer pessoa, como já fizeram neste País, não pode! Mesmo na época da ditadura, com poucas exceções, houve o direito do *habeas corpus*. Como agora, depois de longa conquista democrática, acham que podem vender qualquer coisa que é público? Mas o que é isso?! Nós vamos lutar, equipamento por equipamento, nesga de terra por nesga terra, terrenos, salas, equipamentos, prédios. Ou acham que a Prefeitura vai vender o prédio da SMIC, num espaço nobre da Cidade, e vai ficar por isso mesmo? Já não basta que

alugaram aquele prédio luxuoso para botar uma secretaria, onde nem cabem os processos de regularização lá dentro, tiveram que voltar para o antigo prédio da Av. Borges de Medeiros, 2.244, só transporte lá para a Rua Siqueira Campos, a bagunça que criaram, porque ninguém acha processo em lugar nenhum, é uma barbaridade! Ou eu estou mentindo? Estou falando a mais lídima, a mais pura verdade! Agora tem que pagar para levar de volta! Este é o governo dos desacertos, este é o governo da bagunça. Isso, sim, é bagunça institucionalizada, tem DNA! Tem DNA! Não, os senhores e as senhoras avisem o Executivo, que não tem procurador-geral faz horas, que desdenha a Procuradoria do Município, logo só vão fazer burrada; é uma burrada atrás da outra, cometem grosseria, lambança, e depois, quando fazemos um requerimento aqui, somos nós que estamos azedando as relações. Mas que poder né? Hein, Camozzato? Nós temos um poder incrível, estamos azedando as relações, não pode ter opinião. Eu, que sou do PT, não posso votar com o Camozzato na questão do IPTU. Ah, isso é um absurdo! Um liberal e um socialista estão contra o governo. Não, estou contra o governo por outras razões, não é questão ideológica, é uma questão de princípios: nós vamos defender os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência administrativa. São princípios do direito administrativo que o governo municipal está espezinhando, quer jogar naqueles latões, nos contêineres de lixo. Não, não vão jogar não, nós estamos aqui para cuidar da cidade, vamos cuidar da cidade. Eu sei que agora vem gente aqui sapatear, nos acusar. O prefeito disse que tem não sei quantos processos na CCJ. Está mentindo! Não tem atraso de projeto na CCJ, não tem! Nós trabalhamos toda a semana, nós damos pareceres, votamos pareceres, não tem processo atrasado na CCJ, o prefeito mente! Mente! É Pinóquio, mente. Nós temos as atas e vamos mostrá-las à imprensa, vamos chamar a imprensa para ir à CCJ consultar as atas dessa comissão, para a imprensa saber que nós não inventamos, que nós não mentimos, que aqui tem vereador sério, que não é belicista, que não briga por pouca coisa, briga por princípios, pela obediência à lei, pelo patrimônio da cidade. Não vão vender, não vão fazer negociatas! Não vão fazer, não passarão! Estão avisados! Estão avisados! Vai ter luta, vai ter peleia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, respeito e admiro muito a pessoa do Ver. Alex, mas eu acho que estamos começando a entrar num terreno meio perigoso. Desde que estou nesta Casa, eu nunca vi ser terceirizado um projeto de vereador para que outro o tirasse da priorização. Eu vi o contrário, o governo querendo tirar projeto da priorização, e o plenário não permitindo, porque é o autor. Se votarmos a favor da proposta do Ver. Alex, e se tiver projeto de um vereador aqui na Casa que eu não concordo, eu venho aqui no microfone

e vou pedir para tirar da priorização, e aí vão abrir todo esse discurso, todo esse debate, algo que eu nunca vi aqui na Câmara. Eu vi o contrário, quando um vereador ou governo quer retirar o seu projeto, ele quer retirar. Eu posso dizer para vocês que isso aconteceu muito no ano passado, quando tínhamos os projetos dos servidores, que o governo quis tirar, e o Ver. Valter era o presidente desta Casa, no início da Legislatura, e nós, com o seu voto, conseguimos não retirar o projeto do governo da priorização, porque sabíamos que tínhamos maioria para rejeitar o projeto.

Com todo o respeito que devo a V. Exa., que faz grandes intervenções, colabora muito nesta Casa para a cidade de Porto Alegre, quero dizer que acho que cabe ao governo, cabe fazer um apelo ao governo que tire o projeto; agora, não acabe a nenhum de nós, vereadores, sendo independente, oposição ou base do governo, retirar um projeto que é do governo, como não cabe a nenhum de nós retirar um projeto de um colega dentro desta Casa quando está em votação. Ainda há pouco o Ver. Cláudio priorizou um dele aqui, daqui a pouco eu tenho o meu e digo: “Quero retirar da priorização”! Eu acho que isso cabe somente à parte que apresentou o projeto.

Eu quero deixar aqui para nós refletirmos, estou ouvindo muita gente dizer: “Ah, mas vão vender tudo?” Mas isso aconteceu no Brasil e no Estado, a autorização que foi dada pelo Congresso Nacional e pela Assembleia Legislativa em que, no Brasil, foram vendidos vários estádios de futebol, aeroportos e uma série de outras áreas públicas no governo passado, e seguem ainda, a própria Petrobras foi vendida agora, por decisão do Supremo, e cabe ao Executivo encaminhar a sua venda – a Assembleia Legislativa também aprovou um projeto dizendo que o governo do Estado poderia vender. Eu e o Ver. João Bosco Vaz construímos uma emenda e esperamos que os colegas apoiem essa emenda que permite que o Executivo faça tudo, mas tenha a chancela da Câmara. Nós não podemos abrir mão de prerrogativas nossas. A Câmara de Vereadores de Porto Alegre está abrindo mão de muita coisa, tem períodos que quem está legislando no nosso lugar é a justiça, tem períodos que quem está legislando no nosso lugar é o Poder Judiciário ou o Ministério Público. Eu acho que nós não podemos abrir mão do nosso direito de legislar. Se não, vai ser o que o povo fala aí fora: “Esta Casa só serve para botar nome em rua e para mais nada.” E nós já construímos grandes coisas para a população de Porto Alegre. O último exemplo da construção desta Casa foi a questão da Mato Sampaio, que foi construída rapidamente por este plenário. Então, eu acho que o governo tem ferramentas para liberar a venda desses imóveis, se quiser, obrigando a Câmara, em 45 dias, a votar o projeto que vier com essa lista de imóveis. Agora, nós temos imóveis que precisamos discutir, Ver. Pablo Mendes Ribeiro, por exemplo, nós temos uma área excepcional, do Município de Porto Alegre, que fica logo após o BarraShoppingSul. É uma área da SMOV, o Ver. André sabe disso. Aí nós vamos dar uma carta branca para o governo vender aquela área para quem, por quanto? E o que será feito com esse dinheiro? Então eu acho que nós não podemos abrir mão da prerrogativa desta Casa; agora, não podemos também engessar o governo, como foi, Ver. Cecchim, que estava aqui nesta época e nós discutimos muito, no governo Fortunati, uma tripa de terrenos para vender na Av. Carlos Gomes com a Av. Nilo Peçanha, e a Casa levou mais de um ano para aprovar esta venda. Isso também não

pode, isso tranca o Município, tranca o investidor que está querendo comprar. Então eu acho que, toda a vez que o plenário desta Casa se reuniu, discutiu e debateu, achou saídas e soluções para as coisas. Agora, nós jamais vamos achar soluções para as questões da cidade de Porto Alegre abrindo mão das prerrogativas que nos foram dadas por lei, das prerrogativas que nos foram dadas pelo povo de Porto Alegre. Então, só faço esse alerta. Acho que nós temos possibilidade de discutir esse projeto como já discutimos outros projetos nesta Casa. Mas volto a afirmar, cabe, Ver. Prof. Alex Fraga, somente ao Executivo, no meu entendimento – o art. 94 permite isso – retirar. Nunca vi acontecer aqui nesta Casa de um vereador tirar o projeto de outro vereador; de vereador, mesmo sendo de situação, oposição, independente, tirar projeto do Executivo. Então, cabe ao Executivo tirar a priorização do seu projeto e não a nós, membros desta Casa. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; Ver. Adeli Sell, vou me dirigir a V. Exa., porque eu não vi o Ver. Janta, nem vou sapatear na tribuna, tampouco ceder a ameaças como “não passarão” ou algo do gênero. A tribuna não é espetáculo de dança flamenca ou algo parecido para alguém sapatear. Aqui se faz discussão política e não tem vereadores mais ou menos sérios, ninguém está acima do outro, se dizendo mais sério. Então, só para repor um pouco, fazendo um contraponto fraterno ao que V. Exa. disse aqui.

Eu só quero fazer o encaminhamento, que é mais uma expressão de que nós não estamos dispostos a aprovar nada mais neste semestre na Câmara de Vereadores. Nós estamos há um mês e meio praticamente sem votar ou votando quase nada de relevante para a cidade, e vemos reverberar, reverberar e reverberar a briga do PSDB com o PP, a demissão dos CCs não sei onde, a instalação da CPI, o mal encaminhamento do *impeachment*, ou bem, não sei, e a Câmara não vota nada de relevante para a cidade. E, mais uma vez, me perfilo integralmente à posição do Ver. Janta nesta tribuna: as manobras protelatórias chegam ao cúmulo de não observarem mais o Regimento. O Regimento desta Casa tem sido, em diversas sessões, rasgado. O governo, então, se tivesse o interesse de protelar essa matéria por mais algumas sessões, que o fizesse, tem líder, tem vice-líder para isso, tem vereadores que compõem a base do governo, e, com todo o respeito, vem o Ver. Comassetto e diz que não quer votar, que vão adiar por mais algumas sessões. Isso tudo é a expressão de que existe uma manobra protelatória, e também há, aqui, às vezes, minoria com complexo de maioria. Esse também é um problema que existe na Casa, porque a minoria com complexo de maioria não quer dialogar, só as suas verdades é que são aceitas, só as suas verdades é

que são as que prevalecem, porque tem que discursar para o seu público, porque tem compromisso de prestar contas para o seu público,

Eu quero finalizar dizendo que a mesma distorção conceitual e de conteúdo que foi feita no projeto de concessão dos parques e praças está sendo feito nesse aqui, Ver. Mauro Zacher, aqui não se está dizendo que, automaticamente, com a aprovação e posterior sanção, vão ser vendidos, no outro dia, todos os imóveis, Ver. Mendes Ribeiro; pelo contrário, é uma opção adicional que se cria ao Município para que se injete mais recursos para devolver melhores serviços à população. É uma opção adicional. Por isso que eu digo que há distorção idêntica à que foi feita aqui na tentativa de desmoralizar iniciativas que inovam e que podem dar receita, dar moradia popular, dar espaços culturais, dar condições e qualidade de vida para as pessoas. Não! Tem que discursar sempre para o público com as manobras rançosas de sempre que atrasaram a nossa cidade.

Encaminho contra a aprovação desse requerimento de adiamento.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, pela oposição.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, vereadoras, vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, nas galerias, primeiramente eu acho um absurdo precisarmos de um requerimento para conseguirmos garantir o debate político, que é fundamental, para não cairmos em erro. Quantos imóveis, hoje, no Município caem dentro desse projeto de lei? Quais são as localizações desses imóveis? Quantas pessoas residem dentro dessas áreas, quais dessas áreas estão sendo ocupadas por escolas de samba, por clubes negros, por espaços públicos de lazer? Como é que a gente hoje faz uma discussão desse nível e dá um cheque em branco para um governo que vem loteando toda a cidade para fazer caixa, para pagamento de uma tal de uma dívida pública que em nada está sendo revertido para melhora da qualidade de vida da população. Hoje a gente tem mais de cinco mil pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Essa discussão hoje, nesta tarde, é fundamental para a gente pensar em, combinado com isso, emendas que amenizem, que solucione essas questões. Hoje a gente tem poucas, pouquíssimas casas de acolhimento às mulheres vítimas de violência, porque a gente não tem sede para receber e acolher essas mulheres, as crianças, os desabrigados. Hoje a gente tem 250 mil pessoas vivendo em áreas irregulares, sem saneamento, sem calçadas, sem luz, sem acesso às instituições públicas. E é fundamental ter essa quantidade de imóveis, de próprios do Município que vão estar sendo loteados hoje aqui, isso é essencial para a gente conseguir fazer uma discussão política aprofundada e não cair em erro. Eu acredito que quando a base do governo não traz esses dados para cá, é para não garantir a discussão democrática e não garantir que, minimamente, a população de Porto Alegre fique sabendo o que amanhã vai poder estar

sendo vendido, leiloado, pelas costas do povo. Eu não vejo qual é a dificuldade de trazer uma resposta objetiva para cá. Estava rolando uma lista no início do ano, colocaram que era mentira, eram mais de 240 imóveis do Município que estavam naquela lista. Claro que aquela lista era mentira, que não existia, mas também não trouxeram nenhuma outra lista em contrapartida para que a gente conseguisse fazer a discussão com a população de Porto Alegre. Um governo que se elegeu com a propaganda da transparência, da eficiência, tem a incapacidade de trazer uma lista, que foi um requerimento feito por um vereador desta Casa, para a gente conseguir fazer uma votação a pratos limpos. Acredito que, da forma como está sendo encaminhado o Requerimento que o Ver. Alex Fraga fez, é justo e é necessário para a gente conseguir, enfim, minimamente fazer a discussão, a votação e a proposição de emendas em cima do concreto, em cima do real, e não em cima de especulações a partir do que cada um, cada uma, cada vereadora ou vereador sabe do próprio vazio hoje do Município de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Presidente Mônica, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu fico observando as falas desta tribuna e, como misturam os assuntos! É um projeto que obviamente tem importância tanto para o governo como para a sociedade, e para nós, que somos fiscais do governo, mas não dá para vir aqui também e misturar esse projeto com ditadura, com isso, com aquilo. Na realidade, eu, se fosse prefeito, também queria vender; agora, eu mandaria para a Câmara a lista do que seria vendido. Eu concordo com o Ver. Mendes Ribeiro, que me disse, há pouco: “Temos que desapegar desses próprios”. Só que tem próprios que tem creches em cima, tem próprios que tem associação de bairros em cima, tem próprios que têm outras entidades sem fins lucrativos em cima. Se é verdade – e é, porque está na Lei Orgânica – que a Prefeitura, o governo pode vender os imóveis dominiais, que ele tem o domínio, bom, então não precisa mandar esse programa para cá – não precisa! Se ele tem o domínio sobre esses imóveis e quer vender, não diz a Lei Orgânica que nós temos que dar uma autorização prévia, que é o que este projeto pede.

É bom lembrar que, no diálogo que tivemos antes, quando este projeto chegou aqui, com o Ver. Moisés, com o Ver. Mauro, com a Camila – que é uma competente assessora –, inclusive com o secretário Busatto, todos concordaram que era importante a transparência e que a Prefeitura mandaria para cá uma lista com os imóveis a serem vendidos, alienados. Eu até dei uma sugestão ao contrário, ao secretário Busatto, que ele gostou: se o prefeito não quer mandar a lista dos imóveis que vão ser vendidos, quem sabe manda a lista daqueles que não vão ser vendidos, porque vai nos dar segurança. Agora, é claro que a Prefeitura não é uma imobiliária, não é uma incorporadora, que a Prefeitura a todo momento ganha sala, ganha terreno de cidadão

que não pagou IPTU, ganha na justiça. É importante que a Câmara se aproprie dessa situação para que nós, vereadores e vereadoras, possamos ajudar e possamos dar um voto consciente nessa direção. É exatamente por isso, porque na Lei Orgânica não diz que ele tem que mandar para cá a lista através de projeto de lei ou apenas mandar a lista para cá, isso está omissivo. É por isso que o Cláudio Janta e eu apresentamos essa emenda que estabelece que a cada seis meses o governo mandaria para a Câmara de Vereadores a lista daqueles imóveis que ele pretende alienar.

Vou repetir: não diz se é só mandar a lista, meu amigo Zé Reis, ou se é mandar um projeto de lei. Isso está omissivo. A Procuradoria da Câmara vai ter que resolver de que maneira que essa listagem vai chegar aqui.

Eu não sei exatamente o que levou o Sr. Prefeito a não concordar em enviar essa lista para a Câmara de Vereadores, é um assunto que havíamos tratado e combinado com a liderança do partido, com a vice-liderança, com o secretário Busatto. O que nós precisamos é de tranquilidade; a sociedade também precisa dessa tranquilidade. Vou repetir: há creches em cima de alguns próprios públicos; há associações de bairros em cima de alguns próprios; há entidades sem fins lucrativos em cima de alguns próprios públicos. Pelo menos que o prefeito sinalizasse para a Câmara de Vereadores: “Olha, esses próprios públicos onde se encontram creches, associações comunitárias, clubes de mães e algumas outras entidades sem fins lucrativos, bom, esses próprios públicos não entrarão nessa lista”. Aí nós teríamos a tranquilidade de poder votar, porque já se sabe que ele não pode votar sem mandar para cá, por exemplo, o Cine Capitólio, o prédio da SMOV, o prédio da SMAMS, isso não pode. Então, eu deixo aqui essa posição, essa fala, esse diálogo, essa análise, essa fala mais ampla para que o governo, através dos seus líderes, possa, quem sabe, retomar esse diálogo e aceitar esta Emenda nº 04, porque, se nós não tivermos a segurança do que vai ser vendido e do que vamos votar, nós vamos nos posicionar contrariamente ao projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do seu Requerimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, venho encaminhar o requerimento em nome da minha bancada, portanto, falo em nome dos vereadores Roberto Robaina e Karen Santos, meus colegas de PSOL. Eu, de certa forma, subi aqui instigado pelo Ver. Cláudio Janta, que me antecedeu no uso da palavra aqui na tribuna, e tenho de concordar com alguns argumentos que o Ver. Cláudio Janta coloca. Nós não temos a prática, dentro desta Casa Legislativa, de solicitar a postergação de projetos de outros vereadores ou vereadoras e nem a retirada da priorização, porque entendemos que isso cabe ao autor do projeto. Porém, Ver. Cláudio Janta, eu tenho mais de uma justificativa para tê-lo feito. A primeira delas é que não gostaria que a Prefeitura desta Cidade e a liderança do governo passassem

vergonha. Estou dando a oportunidade de o governo esperar o lançamento da lista atualizada dos próprios municipais para que um projeto como este não seja aprovado hoje na correria, no afogadilho, e o governo possa passar a vergonha de ter um projeto como este derrubado por conta da sua total e completa inconstitucionalidade. Muitos vereadores, há pouco tempo, criticavam muito o agora deputado estadual Rodrigo Maroni por conta dos projetos que tinham algum tipo de óbice, projetos que feriam, por exemplo, o Código Penal, projetos que iam contra a Constituição brasileira. O projeto que o governo manda até esta Casa Legislativa fere vários, vários dispositivos legais que são superiores, inclusive, à nossa Lei Orgânica. Eu estou, então, dando a oportunidade, Ver. Cláudio Janta, ao governo de não pagar esse mico, de não passar vergonha, tendo que, posteriormente, ter que admitir que o que fez foi uma barbaridade, que é errado. Se os vereadores e as vereadoras desta Casa Legislativa dedicassem seu tempo minimamente para a leitura do parecer da nossa Procuradoria, a leitura do parecer da nossa Procuradoria, já teriam muitas ressalvas para votar esta barbárie que se apresenta na tarde de hoje. O governo faz força, o governo tenta tensionar a sua base de apoio para aprovar este projeto, mas, pelo visto, muitos aqui vão votar em algo que não leram. Ver. Bosco, eu vou ler, rapidamente, o art. 2º, do projeto de lei que a gente está para votar (Lê.): “No âmbito do Programa de Aproveitamento e Gestão dos Imóveis Próprios Municipais de Porto Alegre, nos termos do inc. II do art. 12 da Lei Orgânica Municipal, fica o Poder Executivo autorizado a alienar e permutar bens imóveis próprios do Município e de suas autarquias e fundações”. O que o governo está tentando fazer é criar um programa municipal e, através deste projeto de lei, autorizar o comitê gestor a fazer essas alienações, essas permutas. É isso que está posto para votação hoje. Nós estamos prestes a votar um projeto que tem cruéis, dramáticos, gigantescos óbices, porque, para a alienação, caso a caso, tem que ter projeto de lei aqui, nesta Casa Legislativa, com análise, com impacto, com avaliação e com a justificativa do interesse público. Nós não podemos ter uma lei destas, que autoriza, à revelia, de qualquer forma, a alienação generalizada. Nós acreditávamos que existissem 2 mil imóveis, mas, na reunião de lideranças, o Ver. Mauro disse que tem aproximadamente 3 mil. Quais são esses 3 mil imóveis? O Ver. Comassetto pediu uma lista há três semanas, e a Prefeitura não manda essa lista. Que o governo precise de um grupo que analise, que estude, que verifique quais são esses imóveis para dar uma boa utilidade, colocando dentro das prioridades de um governo sério a utilização desses recursos, desses bens, por exemplo, para o alívio do caixa da nossa Prefeitura, que não precise mais pagar aluguel. Nós gastamos milhões de reais mensais em aluguel. Se temos em torno de 3 mil próprios municipais, nós não poderíamos nos ver livres desse ônus? A Prefeitura precisa estudar isso aqui, sim, com bastante afinco, mas não existe já uma equipe no gabinete do prefeito, no gabinete do vice-prefeito? Desculpe, pelo visto o gabinete do vice-prefeito teve todas as pessoas varridas de lá, pela, digamos assim, raiva belicosa do prefeito Nelson Marchezan Júnior, mas eu não vou entrar nessa ceara, eu acho que o PP, que é o partido do vice-prefeito, Gustavo Paim, que tem que tomar as devidas iniciativas, mas nós não vamos permitir, não são discussão, não sem luta, não sem a nossa manifestação, que essa barbaridade seja aprovada na tarde de hoje. A população precisa que esta Casa

Legislativa use das suas responsabilidades. É isso, sim. Esse projeto autoriza um comitê gestor a fazer alienações, é o que está dito no art. 2º, e nós não podemos abrir mão do nosso dever. A cidade Porto Alegre nos confiou isso, são 36 pessoas que precisam se debruçar, analisando cada projeto, cada alienação, cada desafetação, e dar um cheque em branco para a Prefeitura não está nos planos da oposição.

Eu justamente, Ver. Cláudio Janta, espero ter esclarecido o meu ponto de vista em pedir a retirada de priorização, pelo menos até que a Prefeitura se digne a apresentar uma lista dos imóveis que nós votaremos. Não aceitaremos. Esse tipo de prática é tirar responsabilidade desta Casa Legislativa, e nós fomos eleitos para essa finalidade. Portanto, não podemos abrir mão dessa prerrogativa. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu quero saudá-la, Ver.^a Mônica, Presidente da Casa, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Eu acho que essa questão não se trata de oposição ou situação, nós temos que ser coerentes. Eu não vi – falando em nome do Partido Progressista – o líder do governo se manifestar sobre essa matéria, porque, no momento em que...

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Pinheiro.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Tudo bem, não precisa ficar brabo! Sim, poderia vir aqui também discutir o requerimento, não tem problema, para que a gente possa se embasar. Não precisa ficar brabo! Está bem, Ver. Mauro.

Eu tenho em casa essa relação, acho que sou um dos poucos vereadores que têm essa relação, e ela vai mudando; ela representa quase 2 mil imóveis entre lojas, terrenos – são muitas áreas. Eu fico pensando, analisando com calma, e é por isso que nós estamos aqui refletindo. Se nós não refletirmos aqui nesta Casa, eu tenho medo que, futuramente, em dar uma autorização em branco ao prefeito... Hoje ele é prefeito, amanhã ele pode não ser mais, amanhã pode vir outro prefeito com outra cabeça, com outra forma de pensar, e são milhares de imóveis. “Ah, tem que vender!” Bom, em alguns casos têm que vender. Será que a Câmara pode perder, neste momento de quase final de governo, as suas prerrogativas de analisar caso a caso? Até então, quando vem um projeto para Casa, nós o analisamos simplesmente, não analisamos em conjunto. Cada projeto vem numa votação individual; se ele serve, ele passa, se não serve, não passa. Então, de supetão, levar milhares de imóveis! A nossa bancada, quanto à Emenda nº 01, de autoria de Ver. João Bosco Vaz e Ver. Cláudio Janta, sobre as entidades, vai votar sim, porque dá uma certa garantia. A Emenda nº 02, Ver. Airto Ferronato, a área que V. Exa. se refere não é dos quilombolas, portanto, nós vamos votar não. A Emenda

nº 03 vamos votar não, sobre imóveis de interesse social, mas já existe o aluguel social, portanto, acredito que está contemplado. As Emendas nº 04 e nº 05 têm o mesmo objetivo; se aprovarmos a Emenda nº 04, fica prejudicada a Emenda nº 05. Nós, independente de análise, vamos votar, chegamos a um consenso, sim a Emenda nº 04 e a Emenda nº 05. A gente quer colaborar, eu não vim aqui, simplesmente, para ser contra. Eu estou justificando, em nome da nossa bancada, temos algumas que votamos, a Emenda nº 04 e a Emenda nº 05, mas também eu acho que – aqui, para o Ver. Mauro Pinheiro e Ver. Moisés Barboza refletir –, quem sabe, precisamos aumentar o debate sobre essa questão. Deixei claro aqui as emendas que somos a favor e contra, mas, quem sabe, possamos evoluir mais nesse debate em relação a milhares de imóveis. Hoje nós somos vereadores, amanhã vem outro; eu sei, é muito fácil ser situação e às vezes é muito fácil ser oposição, mas pensar cidade para o futuro tem que ter uma reflexão mais ampla. Vale a pena darmos uma carta branca ao prefeito, seja este ou seja outro, e a Câmara não ter mais prerrogativa para analisar caso a caso, porque cada caso é um caso diferente na cidade.

É uma questão de reflexão, temos que fazer, não interessa que o requerimento veio da oposição, ou da situação, mas essa matéria não está bem examinada, não está bem com a continuidade de um consenso muito bom. Será uma sessão que vai demorar, porque terá amplitude de análise de vários lados, eu só peço a reflexão. Eu mesmo tenho alguma dificuldade neste momento de analisar esta questão, em se tratando de uma questão para o futuro de Porto Alegre.

E alguém disse, não sei qual o vereador: com isso não precisava votar o IPTU. Pois é, IPTU é arrecadação, arrecadação! Vamos com calma, gente! O futuro a muitos pertence; portanto nós temos que ter cuidado. Essa é a posição primeira do Partido Progressista. Não somos inflexíveis, podemos até mudar no meio do caminho, mas eu gostaria – essa é a intenção da nossa bancada – que nós pudéssemos refletir, Ver.^a Mônica, em completo sobre essa matéria. Esse projeto, se não é polêmico, é muito duvidoso neste momento para tomarmos uma decisão sem reflexão. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Paulo Brum, o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

Apregoo o PLCL nº 022/19, de autoria do Ver. Engº Comassetto e outros vereadores.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria da Ver.^a Karen Santos, ao PLCE nº 016/18.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria da Ver.^a Karen Santos, ao PLCE nº 016/18.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1333/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 016/18, que cria o Programa de Aproveitamento e Gestão dos Imóveis Próprios Municipais de Porto Alegre, autorizando o Poder Executivo a alienar bens imóveis próprios e de suas autarquias e fundações por meio de leilão, permuta por outros imóveis públicos ou particulares, bem como por permuta por área construída.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- com Emendas nºs 01, 02 e 03;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 01-04-19 por força do art. 81 da LOM;
- adiada a discussão por três Sessões em 01-07-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCE nº 016/18. (Pausa.) O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Mônica Leal, colegas, todos que nos acompanham. Apenas para deixar registrado aqui, principalmente para as pessoas que estão nos acompanhando pela TVCâmara e também aqui, que nós estávamos discutindo um requerimento, não o projeto em si. Por isso, não me inscrevi e deixei para me inscrever neste momento. Só que eu preciso fazer algumas observações sobre as coisas que foram ditas aqui, duas delas me chamam a atenção. Em primeiro lugar, eu gostaria de deixar claro para o Ver. Adeli, que tem subido aqui e utilizado adjetivos para falar de uma maneira bem forte e até bem eleitoral do prefeito, ele subiu aqui e disse que o prefeito é mentiroso em relação à CCJ.

Ver. Adeli, eu fui líder do governo durante um ano e meio, e a CCJ, agora, realmente, pelo que eu sei, só tem um projeto que, por causa do pedido de vistas, não está dentro do prazo. A CCJ existe na Casa e nós temos que avaliá-la como uma instituição da Casa. Quando eu estive na liderança do governo, o senhor vai me desculpar, eu pedi para a presidência da Casa, inclusive para tomar providência, tamanho o atraso e os prazos que não eram respeitados. Então, vir aqui dizer que o prefeito é mentiroso, me desculpe, quem está mentindo é V. Exa. Segundo, sobre o que o Ver. Alex falou no seu pronunciamento, quero fazer uma observação. O senhor também diz aqui, a sua frase foi essa: "Vocês vão votar em algo que vocês não leram".

Desculpe, em nome dos vereadores desta Casa, peço que o senhor tenha respeito aos vereadores, porque aqui não tem vereador que vota sem ler o que está votando. O senhor me desculpe, se o senhor acredita nisso, então, é um insulto do senhor ao nosso Legislativo. Sobre o projeto, quero deixar claro que alguns podem subir aqui e fazer a retórica que querem para os seus seguidores de Internet e dizer esse tipo de barbaridade. Mas eu, em respeito aos eleitores que não têm o projeto na mão para ler, vou ler alguns trechos dele. No art. 2º, sobre esses imóveis. “Esses imóveis que não estejam afetados à realização de qualquer serviço público”. Ou seja, se o projeto está desempenhando um serviço público, ele não vai ser simplesmente vendido, como eu tenho certeza de que as senhoras e os senhores ouviram aqui de alguns vereadores. Vou ler também outro trecho do mesmo projeto, que é o projeto que está em pauta, sobre o que se diz: “Ah, mas aí não vai ter que vir para o Legislativo de seis em seis meses?”. Vamos lá: o comitê gestor quadrimestralmente – ou seja, este governo está apresentando um projeto que não é só de seis meses, é de quatro em quatro meses – prestará contas de suas atividades à Câmara de Vereadores por meio de relatório, descrição detalhada de imóveis, contendo, no mínimo, sua localização, área, avaliação, informações sobre as atividades desenvolvidas no período e os respectivos resultados. Então, só para deixar claro: vamos votar, sim, e repito o que já disse: tem vereadores aqui, a exemplo do Ver. Alvoní, que fizeram pedido ao Poder Executivo de utilização de bens próprios para projetos. E nós hoje temos um monte de imóveis que não estão sendo utilizados, e o poder público está lá pagando os tributos desses imóveis, e nós queremos, sim, entregar para a população infraestrutura, para atendimento das áreas sociais. Eu quero deixar muito claro: vamos apoiar porque acreditamos, sim, que qualquer governo, quando tem um bem que está abandonado, tem que transformar isso em infraestrutura para devolver à população de 1,5 milhão de porto-alegrenses, e não ficar aqui preocupado em fazer discursinho para atender o seu eleitoradinho para votar o ano que vem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereadora Mônica, vamos esclarecer: neste momento o presidente da CCJ não está no plenário, mas eu vou nas reuniões. Não tem projetos engavetados, atrasados, empilhados na CCJ. Então, vereador, menos, né? Devagar, devagar; não tem. Portanto, o prefeito faltou com a verdade, isto, em bom português, quer dizer que ele está mentindo. Mentindo. O prefeito mente descaradamente. É belicista, arruma briga com Deus e o Diabo. Nós estamos fora disso, essa guerra não nos interessa. O que nos interessa é o patrimônio público de Porto Alegre. Inclusive, alguém colocou bem aqui, acho que foi o Bosco, os bens dominiais, aqueles que não estão afetados e que podem ser vendidos, podem ser vendidos, com lei ou sem lei, com prestação de contas, evidentemente. Agora, querer que a gente vote uma lista em aberto e não querem que a gente sapateie... Pois, então, se vocês não

sapateiam, eu vou sapatear. Não vai ficar assim, não tem problema. Se vocês têm pruridos de rodar a baiana, eu rodo a baiana. Se vocês têm pruridos de dançar flamenco, eu danço flamenco para chamar a atenção do povo. Tem eleições no ano que vem, gente, eu nunca fiz isso, não preciso disso, não farei isso. Faço isso por convicção, são meus princípios, eu sou assim. Eu sou assim, Ver. Freitas, Ver. Oliboni, vossas excelências me conhecem. Quantas vezes eu discuto projetos que acho que são importantes e que têm que ajudar a aprovar. Não é porque eu sou autor, faço poucos projetos, sou como o velho Dib, poucos. Fiscalizo, sou fiscalizador, estou em cima do lance, não durmo no ponto. Nós vamos acompanhar passo a passo. Não pensem que a gente não acompanha o Diário Oficial, não pensem que a gente não sabe das coisas. Nós dialogamos com os servidores, com os CCs, com os secretários, tem alguns que não dá para dialogar, mas tem outros que dá para dialogar. O mundo tem que ter esse sentimento de diálogo, de conversa. Se o governo não quiser conversar, se a tática do governo é levantar a lâmina da retroescavadeira e desrespeitar a Câmara, é uma escolha, mas sempre que o Executivo não respeita o Legislativo, as coisas ficam muito mal. Ou quando um setor do Legislativo, torpedeia, desrespeita; macula a democracia. Mais dia, menos dia – é como um *boomerang* – sempre tem volta, sempre tem volta. É como a mentira, o velho ditado que diz que a mentira tem pernas curtas é verdadeiro; mais dia, menos dia, a gente descobre o que não é verdadeiro, o que é mentiroso, o que foi burlado. Não tem problema, a gente pode votar hoje, pode votar na quarta... e dizer que nós estamos atrasando votações, mas que vergonha! A base do governo, às vezes, não tem vereador para dar quórum de 19 vereadores e quer colocar a culpa nos outros, mas vamos respeitar!

Quantas vezes os senhores e as senhoras não tiveram quórum, e depois a culpa é dos outros? Ao estilo do Presidente da República, culpados são os outros, ele não tem culpa nenhuma. Para o Prefeito é a mesma coisa, a culpa é sempre da Câmara. O Paço Municipal é tudo correto; não, não é verdadeiro. E nós vamos martelar que a Prefeitura paga uma babilônia, uma naba por um aluguel de um prédio mal ocupado; nós vamos dizer que a Prefeitura não está dando alvará, mas deixa os quatro caminhões venderem coisas ilegais no Centro; que precisou a Polícia Civil enfrentar as milícias porque a atual gestão da secretaria se borra. É isso, vamos falar as coisas como são, o que está acontecendo da cidade. Querem mais? Por agora chega. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, ao PLCE nº 016/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando que sejam votadas em destaque as Emenda nºs 01 a 08 ao PLCE nº 016/18.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, boa tarde vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, o pessoal que

veio assistir a sessão. É incrível a arrogância do governo! Nós, nesta Casa, conseguimos algo que é função do Legislativo, e fazia muito tempo que o Legislativo não vinha cumprindo essa função de fiscalização dos atos do Executivo. Nós só conseguimos as quinze assinaturas necessárias para que tenhamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa, porque há fatos graves a serem investigados, fatos graves a serem investigados sobre a relação da Prefeitura, do poder público, com interesses privados, comerciais. Diante de um fato importante como esse, onde se consegue a assinatura de quinze vereadores e vereadoras para investigar o governo municipal, a atitude do prefeito foi de dizer que há uma crise com o partido do vice-prefeito, e isso é o que está ocorrendo, todos os dias estamos vendo isso, e tentavam responsabilizar a oposição, mas o que vemos é uma briga incrível entre prefeito e vice-prefeito, entre dois partidos da base do governo.

O que mais me chama a atenção é que o prefeito, quando falamos em investigação, chegou a dizer que faltam coisas a serem investigadas, falta a FASC, falta o DEP. Pois bem, se a própria declaração do prefeito diz que é preciso haver investigações, então, em primeiro lugar, façamos a investigação, e eu espero que o governo, nesse caso, ajude e não obstrua a CPI.

Nesse caso específico, desse projeto que estamos discutindo, é incrível, porque o governo pede justamente um cheque em branco para vender cerca de três mil imóveis. O governo diz, em seu panfleto de propagando, que o Município possui inúmeros imóveis sem absolutamente nenhuma destinação, sejam terrenos abandonados, imóveis residenciais ou salas comerciais. Pois nós vimos como o governo trata o bom público, quando nós tivemos a experiência do pessoal da Bom Jesus, que estaria saindo agora, que era um terreno da própria prefeitura, que se não fosse parado pela Câmara, o governo ia despejar as pessoas para construir uma praça no lugar! Este governo não tem competência para gerenciar esses prédios, sem que a Câmara discuta o assunto. Eu considero que o governo não tem competência para isso. Se tivesse competência, teria apresentado um projeto, mostrando que prédios são esses, que plano que tem para a destinação desses prédios, o governo não faz nada disso. O governo pede um cheque em branco para a Câmara de Vereadores. Como esse governo é um governo que não tem nenhuma transparência, nós não temos nenhuma possibilidade de ter confiança em que o governo tenha a capacidade de fazer um plano de utilização de bens públicos, que seja, de fato, a serviço público. Por isso que nós não podemos votar um projeto como esse. Também, como muito bem disse o Adeli, um dos discursos do prefeito agora é dizer que a Câmara não está votando os projetos do governo. Isso não é verdade. A Câmara tem votado, sim, infelizmente, os projetos do governo; são projetos opostos aos interesses públicos: ora projetos para atacar servidores, ora projetos para alienar patrimônio público sem transparência, sem controle público, ora projetos para atacar direitos estudantis. Esses são os projetos do governo. Quando não entra com pautas, que são pautas distracionistas, como é o projeto dos “flanelinhas”.

Então, o governo Marchezan não tem política para o desenvolvimento da cidade de Porto Alegre. O governo Marchezan, na verdade é um governo que busca, sim, atacar servidor, atacar moradores pobres da periferia; arrochar o investimento

público e, sobretudo, buscar negócios para a iniciativa privada. É isso que nós estamos vendo no DMAE, onde o governo busca contratar uma consultoria por R\$ 6 milhões para pensar a privatização do DMAE; é isso que nós temos visto no HPS, onde o governo paga uma consultoria para entregar a gestão do HPS para iniciativa privada; é isso que nós vimos no posto Bom Jesus e no da Lomba, onde uma empresa acusada de corrupção em São Paulo ia administrar esses dois postos de saúde. Felizmente não vai levar, a justiça impediu, porque, se fosse depender do governo, teríamos a gestão de uma empresa acusada de corrupção gerenciando dois postos de saúde. Então, é o governo municipal a serviço do interesse privado, a serviço de negócios. É isso que a CPI vai investigar, e é essa a razão pela qual nós acreditamos que não se pode dar um cheque em branco autorizando o governo a vender três mil imóveis sem a discussão na Câmara de Vereadores, sem que os vereadores sequer saibam de quais imóveis o governo está tratando. Três mil imóveis representam um patrimônio importante, um patrimônio do povo de Porto Alegre que não pode ser alienado sem o controle público, sem a discussão transparente, coisa que infelizmente, este governo não nos garante. Obrigado, Presidente Mônica.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Mônica, quero saudar os colegas vereadores e o público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Acho que a gente já está debatendo este assunto há algum tempo – não é, Ver. Mendes? –, é um tema recorrente aqui nesta Casa, e eu especialmente tenho debatido desde o início desta legislatura que nós precisávamos rever a questão do patrimônio do Município.

Eu acho, Ver. Cecchim, que só pelo fato de nós termos um inventário de imóveis sem a Prefeitura sequer conhecê-lo por completo, já é motivo para que precisemos fazer algo a respeito disso, especialmente nos desfazendo daquilo que não nos interessa.

Eu faço uma analogia com a família, em casa, quando está precisando fazer um novo investimento; digamos que a família quer comprar uma geladeira, porque a sua não está mais funcional, e ela descobre que não tem esse recurso disponível, não consegue comprar uma geladeira nova, mas ela tem uma televisão na sala e outra no quarto. Ela, então, pode optar por se desfazer da televisão do quarto e investir em uma nova geladeira. É isso que este projeto traz, e é dessa forma que eu o enxergo. Muito embora eu entenda e compartilhe do anseio que alguns parlamentares têm sobre que imóveis constariam ou quão extensa seria essa listagem de imóveis, acho que, acima de tudo, nós precisamos dar uma resposta para aquele patrimônio que hoje está subutilizado e que, obviamente, teria grande interesse por parte do cidadão em ver revertido em serviços, em investimentos, em melhoria daquilo que é de interação com o

seu usuário. Obviamente eu não gostaria de ver o recurso destinado para, por exemplo, fazer quitação de despesa corrente, como o próprio governador Eduardo Leite está querendo fazer com a venda de ações do Bannisul para quitar a folha. Eu acho que não é esse o caminho, espero que não seja esse o caminho que a própria prefeitura queira adotar. Em todo caso, ainda assim acho que é extremamente relevante dar esse apoio para que esse projeto avance, e que nós possamos, obviamente, em caso de alguma situação mais polêmica que seja a venda, seja a troca de ativos por área construída, enfim, essa Câmara ter toda a sua voz para poder se manifestar, assim como as demais instituições de órgãos de controle. Nesse sentido eu queria dar a minha contribuição ao debate, dizendo que sim, o NOVO é favorável a que nós revertamos ativos subutilizados em equipamentos públicos e melhores investimentos para o cidadão.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Sra. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a cada dia que passa eu me surpreendo mais com o que escuto, e cada dia que passa eu deixo de me surpreender com o que vem do governo e o que tem se implementado na nossa cidade, e muitas vezes correntes que se implemente no nosso País em larga escala. Eu me refiro ao cuidado com o bom debate, ao estratégico. Eu não ouvi aqui nenhuma fala da oposição, dizendo que é contrária por natureza, mas que possamos discutir, conhecer aquilo que o município deseja vender, ao que o Município deseja colocar numa permuta. Enfim, essa é a nossa atribuição: fiscalizarmos o Executivo das suas ações, acompanharmos aquilo que o Executivo deseja, e nós, dentro do que é legal, dentro do que é importante para a Cidade, nós fazermos um bom debate.

O que estamos vivendo, neste momento, é a ditadura de uma maioria que se construiu nesta Casa e que é possível, embora alguns ainda achem que não, mas é possível aprovar a privatização dos nossos parques. Foi isso que aprovamos aqui neste plenário, a possibilidade de ser cobrado ingresso, e aí nós soltando e talvez no futuro alguns vereadores se deem conta do equívoco que estamos tomando hoje. O que queremos é aquilo que todos os prefeitos que antecederam o prefeito Marchezan fizeram, venderam, por ora, prédios públicos, bens públicos, para que pudessem fazer outros investimentos. E aqui estamos extremamente dispostos a discutir. Pode, daqui a pouco, uma área não ser tão necessária para o Município fazer belo negócio e poder construir uma boa creche. O Ver. Valter se lembra que nós já fizemos aí boas parcerias com a iniciativa privada e que trouxeram excelentes resultados para o Município. Agora nunca deixamos de ter clareza o que estávamos trocando. Então, essa é a discussão, e é por isso que vamos votar contra. Porque nós ainda aguardamos, por parte do Executivo, a disposição de garantir aquilo que é de mais importante na democracia, que é a transparência. Ainda tenho que escutar, com todo respeito que tenho por todas as falas

aqui, a comparação de uma discussão que nós tratamos do patrimônio, secretário Christian, a uma comparação de bens de consumo, o Ver. Felipe aqui usou o exemplo de uma televisão, enfim. Mas quero deixar claro que não sou apegado, Ver. Felipe, a patrimônio que esteja sendo mal utilizado, muitas vezes são objeto, inclusive, de ocupações irregulares, acabam sendo ocupados, o governo tem dificuldade de fiscalizar, depois se tornam imbróglis jurídicos, enfim. Mas quero aqui apenas afirmar que, da nossa parte, nós iremos manter a nossa, Ver. João Bosco que apresentou uma emenda importante, que nos dá o mínimo de garantia de que embora o governo esteja aprovando um programa, nós não estejamos dando aqui uma carta em branco, um cheque em branco para o governo que possa fazer os seus negócios ao seu bel prazer. O que nós queremos aqui é manter esse belo debate. Acho que vivemos um momento de dificuldades financeiras, os municípios enfrentam isso, não tem máquina de dinheiro, querem se financiar, mas a Câmara irá continuar fazendo o seu papel, como fizemos aqui, denunciemos uma PPP que é um mau negócio para o Município, uma PPP que nós estamos pagando muito caro por aquilo que nós poderíamos fazer com recursos próprios. Eu ainda aguardo do governo em dizer para nós onde estão os R\$ 92 milhões de caixa do Fumip. Olhem, se nós temos R\$ 92 milhões de caixa do Fumip e custa R\$ 70 milhões para trocar as luminárias, substituir por LED, eu não vejo nenhum motivo em pagar quase R\$ 500 milhões para uma empresa fazer o que nós poderíamos fazer. Bom, pode ser em outras áreas que PPP pode ser um instrumento capaz de financiar onde nós não temos recurso, mas me parece que o governo tem disposição de entregar aquilo que é o filé, onde tem verba garantida, que não há nenhum risco para o investidor nesse processo. Então, o que nós queremos, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, é que o governo nos garanta a transparência. Nós queremos saber quais são os imóveis que estão na agenda do governo. Nós queremos avaliar se são bons negócios para a cidade ou não, encarar isso como uma coisa boa ou ruim, mas nós queremos fazer um belo debate.

Agora, se o governo limita, fica a gente pensando por que o governo não quer mostrar. O Ver. Janta citou aqui aquele prédio lá da SMOV, será que o governo está disposto a atender aqui os anseios da especulação imobiliária, ou realmente quer poder investir, quer poder melhorar o patrimônio público em detrimento de garantir que sejam feitos outros aparelhos públicos que possam atender melhor a população. Eu não sei. Deste jeito que está, me dá a certeza da incerteza, de que nós iremos votar um projeto que dará plenos poderes para o governo. Olhem o Ver. Cecchim, que me olha aqui, eu lembro do Fogaça.

O Cristiano Tatsch mandou um projeto aqui, o governo precisava de caixa, eram prédios e pedaços de terrenos que estavam na 3ª Perimetral. O governo debateu, debateu, na sua maioria, construiu e vendeu. Botou caixa no Município. Não era importante? Era. Tem alguma coisa, nós retrocedemos mais isso em relação à transparência. Então, nós iremos aqui fazer um belo debate em relação ao que possa e deva o governo, e nós faremos o nosso papel aqui de estar debatendo com transparência, com garantia de que o governo deve, juntamente com a Câmara...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, nós estamos ouvindo aqui, no decorrer desta tarde, uma série de argumentos para não votar o projeto, argumentos para não dar cheque em branco para o governo, argumentos para isso, argumentos para aquilo. Eu proponho que o governo faça ao contrário – estão pedindo uma lista de 2 mil prédios, Ver. Cecchim, que serão vendidos –, que dê uma lista dos prédios que não serão vendidos, porque daí nós vamos saber. O Pronto Socorro não vai ser vendido, o Hospital Presidente Vargas não vai ser vendido, tal lugar não vai ser vendido e o restante pode ser vendido, porque só acredita em Papai Noel a minha filha Linda Anis, que queria ver o Ver. Mauro falar em Papai Noel aqui. Só ela acredita em Papai Noel. Nós viemos aqui na tribuna, diariamente, cobrar que o governo melhore as praças, que o governo melhore o asfalto, que o governo melhore a questão da saúde, melhore a questão da habitação. Nós discutimos ainda, semana passada, a questão da Mato Sampaio e por aí afora. Agora, só quem acredita em Papai Noel é ela. Nós não acreditamos que a mesma fonte que paga o salário dos servidores, a mesma fonte que compra medicamentos, isso, isso e aquilo, será a mesma fonte possível de construir investimentos na cidade de Porto Alegre.

Outra coisa que me chama muita atenção, e volto a afirmar aquilo que falei no início, quando começamos a discutir isso, é que o governo federal fez isso no governo Dilma. Fez isso, vendeu vários órgãos públicos, várias áreas públicas, aeroportos, ferrovias, venderam uma série de coisas. Fez isso porque o governo precisava de dinheiro em caixa. O governo do Estado fez a mesma coisa, e a Assembleia Legislativa autorizou o governo a fazer. Realmente, tem prédios que nos interessam. O maior argumento do governo é que vai construir um novo Centro Administrativo. Eu já discuti com o governo, esse Centro Administrativo tem que ser construído no centro da cidade, senão a própria Prefeitura de Porto Alegre vai ser responsável por acabar com o centro de Porto Alegre, porque ali as pessoas circulam, muitas delas, no comércio, nos serviços usando a estrutura pública. A nossa cidade é uma cidade de comércio e serviços públicos, necessita de toda aquela estrutura pública do Município, principalmente, também do Estado e da União, que funciona nas imediações do centro de Porto Alegre. Não poderão sair de lá. Outros governos, inclusive, aqui no Município de Porto Alegre, já fizeram isso.

Então eu proponho que o governo mostre essa lista dos imóveis que não seriam vendidos, dos imóveis que o governo entende que precisam da autorização da Câmara de Vereadores – eu tenho certeza de que isso facilitaria muito mais a discussão desse projeto aqui na Casa. Volto a falar, e eu insisti desde o início: não podemos nós, vereadores, abrir mão das prerrogativas que nos foram dadas pelo voto popular, pela Lei

Orgânica do Município. Agora, também não podemos nós ficar, como disse no início, esperando um ano, um ano e meio para vender uma tripa de terreno, uma nesga de terreno como já aconteceu em três, quatro vezes aqui nesta Casa desde que aqui estou.

É importante nós iniciarmos a discussão desse projeto, é importante que tenha caixa no governo, mas é importante que a autonomia desta Casa seja respeitada também. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. João Bosco, eu li muito atentamente a sua emenda com o Ver. Janta e a respeito, é uma emenda inteligente – mesmo que eu não concorde com ela, é uma emenda inteligente. Esse projeto que nós estamos discutindo aqui em Porto Alegre com alguns anos de atraso, já foi votado no governo do Estado, Ver. Roberto Robaina, e graças a um projeto igualzinho a este, se construiu o presídio de Bento Gonçalves, se construiu o presídio de Sapucaia do Sul e tantas outras benfeitorias que se fizeram no Estado do Rio Grande do Sul que vale a pena. Eu vou votar neste projeto como ele está, por quê? Porque a Lava Jato está funcionando. Eu entendo o Ver. Adeli Sell que pede para alguém sapatear aqui, mas não precisa sapatear. O Ver. André Carús deu a resposta para o Ver. Adeli Sell, esses rompantes de valentia todos nós temos, às vezes. Às vezes a gente tem uma queda de pressão ou a pressão sobe demais ou a calabresa fez mal, aí dá essas loucuras de valentia na Câmara de Vereadores. Nós não podemos nos basear nisso, nós temos que nos basear, por exemplo, no prédio que pertenceu a SMIC, que o Ver. Adeli Sell citou. Eu usei esse prédio durante seis anos. Errado era fazer igual ao PT fazia, aquele prédio era um comitê da Grande Porto Alegre do PT, com a desculpa de ser uma incubadora; incubava militantes do PT. Isso é feio! Feio é deixar o prédio como está! Eu fui secretário seis anos lá e não tive problema com inundação. O Ver. Valter Nagelstein foi secretário e não teve problema com inundação. É só cuidar! Nós mandávamos, cada mês, limpar as calhas, é só fazer isso, é só ter um pouco de cuidado. Agora, o que não pode é se deixar um prédio assim como está; que se venda para o Colégio Rosário, que se venda para a Faculdade de Medicina, que tem interesse, ao preço que vale. Aí, sim, nós estamos aqui para cuidar disso, pode ter certeza, vamos cuidar muito bem disso. O dinheiro público é para ser cuidado, o que nós não podemos é ficar com centenas de imóveis sem render nada, ao contrário, dando um prejuízo fantástico para o Município, pagando alugueis exorbitantes para termos secretarias espalhadas por toda a cidade. É um absurdo, 80 milhões por ano! Eu não ouvi ninguém aqui falando sobre isso. Vamos vender todos esses terrenos espalhados e vamos construir um centro administrativo, quem sabe? Vamos fazer alguma coisa com os terrenos. A Prefeitura não é construtora ou imobiliária para ficar administrando imóveis, centenas de imóveis. Muitas imobiliárias não têm centenas de imóveis para

administrar! E a Prefeitura está fazendo isso. A Prefeitura tem que cuidar da saúde, tem que cuidar da educação, em alguns lugares também, porque quando der para passar para iniciativa privada, funciona melhor, funciona melhor! E nós temos que fazer isso, respeitar aquilo que temos. Esse negócio de votar esta lei não tira autonomia dos vereadores, só tira dos que estão contrariados. Agora, eu entendo alguns vereadores que têm medo de dar carta branca. Mas nós não demos nenhuma carta branca para o Lula e para a Dilma, e eles venderam tudo neste País! Ou pior, roubaram tudo! Então, quando as pessoas querem ser sérias, elas são. Ser sério está no DNA! Eu nunca fui guerrilheiro, eu não tive idade para isso. Na época da guerrilha eu era muito jovem. O Valter foi guerrilheiro da notícia, mas lá em Bagé tem treinamento para isso, não é Valter? Lá em Bagé tem treinamento; agora lá em Ibiraiaras, na roça, nunca fui treinado para ser guerrilheiro, mas eu respeito quem foi guerrilheiro, eu respeito! É opção política, ideológica – cada um faz o que acha que tem que fazer. Só o que tenho que fazer aqui é dizer que se vota um projeto, acreditando no bem que ele possa fazer, mas quem tem maldade no coração acha que este projeto é para lambança, como diz o Ver. Adeli. Vereador, não se assuste, vereador, as pessoas não são iguais àquela sua turma que estava em Brasília até pouco tempo atrás.

Lambança é com aquela turma que está presa, lambança é com eles. Aqui nós vamos tentar. Não vou fazer igual ao Adeli: “não passarão, não deixaremos”. Eu não sou tão valente assim como o Adeli para fazer essas provocações. Nós vamos fazer a nossa obrigação de fiscalizar de cima, proteger o que é do Município; proteger é também fazer dar frutos dos imóveis que nós temos, fazer esses imóveis trabalharem em benefício do todo e não de alguns, como muitas vezes acontece no Município. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença da deputada federal, Fernanda Melchionna, ex-vereadora desta Casa; seja muito bem-vinda, é um prazer recebê-la.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, vereadoras e vereadores, este importante projeto em discussão – é bom que se repita para quem está nos assistindo e para que entendam – é o PLCE nº 016/18, com diversas emendas, que certamente hoje não serão concluídos os encaminhamentos e votações. Este projeto trata do Programa de Aproveitamento e Gestão dos Imóveis Próprios Municipais de Porto Alegre, suas autarquias e fundações. Eu estou vendo as discussões, o que foi colocado em pauta para debate, mas vamos relembrar o que vem ocorrendo ao longo dos anos. Eu mesma acompanhei diversos grupos no Estado, em estatais, no próprio Município para que se regularizassem os imóveis próprios, ou aqueles que estavam com documentação irregulares para que entrassem definitivamente

no cadastro do Município. Esses grupos, até onde eu tenho conhecimento, nunca conseguiram ser concluídos. Todos esses bens do poder público, porque a dificuldade de documentação, áreas invadidas, então, ficou... Nenhuma gestão teve a preocupação maior para que se tivesse um cadastro organizado, como se tem na iniciativa privada, ou como nós temos os nossos bens particulares organizados e declarados na declaração do Imposto de Renda. Então, vem a este plenário a discussão do projeto.

O que fala no art.3º? Que esses recursos arrecadados, com ações previstas no programa, serão destinados ao Funpromob, esse fundo especial para a mobilidade foi criado por lei complementar em 2012, no governo anterior. O que dizia a justificativa desse fundo? A sua finalidade é para o financiamento da implementação das obras de infraestrutura, das aquisições, desapropriações, das despesas administrativas e judiciais delas decorrentes, das áreas vinculadas ao sistema de transporte viário já projetado, para a instalação de equipamentos públicos, praças, parques, da preservação de bens tombados, reassentamentos, realocação de famílias e tudo mais. Bem, existia esse fundo e essa venda deverá ir para o fundo, conforme o projeto aqui apresentado para discussão e futura votação, e também da prestação de contas. O comitê gestor, quadrimestralmente, prestará contas no Portal de Transparência para a Câmara de Vereadores analisar. O que é o Comitê Gestor? Ele é formado pelo presidente, que é o prefeito – poderá ser este, poderá ser outro, no futuro -, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Secretaria Municipal da Fazenda, Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Relações Institucionais, Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas. Bem, existe o comitê gestor. Mas além disso o que mais tem para a fiscalização? Não tem auditoria interna? Hoje, se um auditor interno deixar de averiguar, ele pode ser até exonerado, ou responder também por improbidade, entre outras. O Tribunal de Contas para que existe? Também para fiscalizar, e a Câmara de Vereadores também, já que teremos um Portal de Transparência, teremos subsídios, teremos dados para fiscalizar algum erro, alguma má-fé, ou má intenção, ou até erro administrativo, por desconhecimento. Então, como se trata de valor significativo, eu não temo que não seja verificado, descoberto algum problema que possa existir em relação a esses imóveis do poder público. E mais, nós estamos realmente passando a limpo no País, estamos inseguros, traumatizados por tanta roubalheira, de formas tão tecnológicas, que não teríamos condições de vislumbrar que tudo isso poderia ter ocorrido, como até compra de usina fora do País, supervalorizada, por erro ou má-fé. Então, realmente, há essa preocupação, eu até compreendo de muitos vereadores, e até minha, mas como eu sei que a fiscalização não é só olhar papel, nós temos muitas formas de fiscalizar, inclusive, encaminhamentos, à medida que tenhamos provas, encaminhamento aos órgãos competentes também fora da Câmara de Vereadores. Se é para aplicar nas melhorias da Cidade, com seriedade, este projeto pode ser até melhor discutido, pode se aprovar alguma emenda, porque há diversas emendas que ainda estão sendo apresentadas.

Seriam esses os meus registros, gostaria de dizer que realmente, em relação a tudo que tem acontecido agora, de elevados alugueis, não houve uma gestão que pudesse fazer essa transferência de aluguel para os prédios públicos existentes e que não

foram restaurados para esse fim. Então, agora vêm as críticas, mas eu quis fazer esses registros na discussão.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Nós estamos discutindo o PLCE nº 016/18, que cria esse programa absurdo de aproveitamento e gestão de imóveis, próprios municipais, de Porto Alegre, autorizando o Poder Executivo a alienar bens, imóveis próprios de suas autarquias e fundações, por meio de leilão, permuta, por outros imóveis públicos ou particulares, bem como por permuta por área construída. Isto está bem evidente e claro no início do projeto de lei.

O que o governo pretende é que esta Casa Legislativa abra mão de sua prerrogativa de avaliar todos os projetos, individualmente, de alienação e desafetação e que conceda a um comitê gestor a análise e efetivação desses procedimentos. É isso, e isso é ilegal, não pode ser feito.

Eu gostaria de mencionar algumas falas, comentar algumas falas que me antecederam. O Ver. Moisés Barboza, vice-líder do governo, me acusou, durante a votação do meu requerimento anterior, eu fiz uma fala, justamente de que os vereadores não tinham lido o parecer da Procuradoria e, por isso, talvez, faltassem algumas argumentações do quão profundas são as modificações propostas por esse projeto de lei. E o Ver. Moisés me acusou de ter afirmado que os vereadores não leram o projeto. Bom, o Ver. Moisés ou tem amnésia ou tem audição seletiva. Eu havia afirmado que alguns vereadores não tinham lido o parecer da Procuradoria; não afirmei, em momento nenhum, que os vereadores não tinham lido o projeto de lei. O parecer da Procuradoria tem alguns elementos muito importantes e deveriam ser considerados. Então, o senhor, pelo que me parece, tem amnésia ou seleção auditiva. Com relação à fala do Ver. Idenir Cecchim, de que a Prefeitura não é uma imobiliária, concordo com o vereador. Se nós temos entre dois mil e três mil imóveis na cidade, a Prefeitura deveria ter maior responsabilidade com relação a esses próprios. Se soubesse dessa relação, e pelo visto não deve saber, porque foi pedido por esta Casa Legislativa, há mais de três semanas, uma lista dos imóveis, e a Prefeitura não conseguiu fornecer essa lista até agora... eu não sei se é porque não tem a relação ou porque deixam bem clara, a transparecer, a incompetência deste governo. Que este governo é incompetente, a população já está ciente, já está às claras disso, e, portanto, não creio que estão tentando esconder a verdade da população. Mas, talvez, se nós tivéssemos a listagem dos imóveis da Prefeitura, do povo de Porto Alegre, talvez não fosse necessário a Prefeitura empenhar R\$ 111 mil, mensais, para custear o aluguel da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Uma Secretaria consome R\$ 111 mil por mês, num prédio muito bom, no Centro de Porto Alegre! Cento e onze mil reais! Isso é um absurdo! Que a Prefeitura não é uma imobiliária, concordamos, não é uma imobiliária. Tem próprios? Tem

próprios e deveria usar melhor esses recursos, porque o cidadão, o contribuinte, o pagador de impostos, tenho certeza de que gostaria de ver a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, tão importante, para o prefeito Nelson Marchezan Júnior, ocupando um desses espaços, que são salas comerciais, são casas. Por que alugar um prédio no Centro de Porto Alegre à custa de R\$ 111 mil? Se a Prefeitura precisa de um comitê gestor, que o comitê gestor seja criado por esse projeto de lei. Agora, autorizar esse grupo a fazer alienações, sem passar por esta Casa, apenas com um relatório quadrimestral, isso fere a legislação federal e sonega a esta Casa Legislativa a atribuição que é a de fiscalizar, justamente, a tramitação desses projetos. Porque é necessário que seja elencada a utilidade pública para uma alienação, para uma desafetação e quem tem essa atribuição é o Legislativo, e não um comitê gestor. Portanto, não vamos concordar em hipótese alguma em ceder ao tal comitê gestor, que será constituído pelo Prefeito, representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Secretaria Municipal da Fazenda, Procuradoria-Geral do Município, Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas, sem ao menos um integrante da sociedade civil, sem sequer um integrante desta Casa Legislativa, como por exemplo, da CUTHAB, ninguém! É somente a Prefeitura que vai ter a chancela e todo o poder para fazer essas autorizações. Não concordamos com isso e, por isso, protocolamos algumas emendas. Votaremos contrários ao projeto porque o projeto é ruim para a nossa cidade. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Colegas vereadores, uma pequena correção à fala do vereador que me antecedeu. Não é incompetência deste governo, na verdade, se há incompetência aqui, ela vem lá de trás. Vamos lembrar aqui os prefeitos Alceu Collares, Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont, João Verle, José Fogaça e José Fortunati, porque, se o Município não sabe quantos imóveis tem até hoje, é culpa de todos os que governaram a cidade, e é culpa da estrutura administrativa, incluindo aí os próprios funcionários do Município. Como é que nunca se ocuparam em fazer isso? De ter um inventário para ver quantos imóveis o Município tem. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que se eu fosse prefeito, meus caros colegas – é tão meritório esse projeto que eu faria nos primeiros seis meses, Ver. Moisés – eu faria nos primeiros seis meses. O Ver. Mauro Zacher foi secretário da SMOV, junto comigo, que fui secretário de urbanismo ali na Av. Borges de Medeiros, esquina com a Av. Ipiranga. Aquele prédio, numa permuta com a construção civil... No outro lado da rua tem um empreendimento da Maiojama com quatro torres... Numa permuta da Prefeitura através do InvestPOA, que é um fundo de investimentos e participação, poderia permitir que ali fosse construído uma torre, e o regime urbano ali permite, de 160m de altura, que deve

perfazer mais ou menos uns 55 andares, dos quais 10 andares, tranquilamente, poderiam ser dados na permuta ao Município, que poderia fazer um novo centro administrativo ali. Eu, há três anos, há quatro, na verdade, porque desde o último governo Melo e Fortunati que as coisas não acontecem, eu venho insistindo para que lá no Rossi Fiategi se fizesse um novo centro administrativo, dentro dos marcos da revitalização do 4º Distrito. Está lá, parado. O que precisava? Dar um pouco de índice construtivo, pegar para o Município, pegar um empreendimento que está sendo feito, alguma contrapartida na Cidade, com quatro ou cinco milhões, se equipa, bota todo o licenciamento do Município em linha lá dentro. Esse seria o primeiro sinal de que a municipalidade estaria dando para revitalizar o 4º Distrito. Pega o prédio da SMOV, lá em cima, na Av. Cristiano Fischer, são cinco hectares – SMOV, na Cristiano Fischer, não estou falando da SMAM, na Av. Protásio Alves, com a Av. Cargos Gomes, estou falando SMOV –, tem garagens lá, retroescavadeiras que não são mais utilizadas, dá para fazer dez mil unidades habitacionais lá, bota no EdificaPOA, para gerar riqueza para o Município. Mas, não! Não! Aqueles que não conseguem pensar, ou que querem ser do contra pelo contra, querem fazer com que o Município tenha 1.600 imóveis que não são da sociedade e nem das pessoas, são da burocracia do Município, que não gera nada para o contribuinte, só gera gasto e que custa, Ver.^a Cláudia, para os cofres públicos, por ano, de aluguel, R\$ 10 milhões de reais. Esse número de R\$ 80 milhões aqui, eu acho que é o número total para a manutenção daquilo que se chama: bens dominiais, que são os parques, as praças; e bens de serviços, os bens capitais, que são as escolas, esses têm que ser mantidos, por óbvio, os postos de saúde, as escolas. Agora, o município é imobiliária? Tem que ter 1.600 imóveis? Ali onde era o Tchê Felipe, na Av. Independência, numa esquina, uma das casas mais valorizadas da cidade. Mas, por que o município tem que ser dono, Ver. Camozzato? Por que tem que ter isso? E quanto isso custa, para ficar atendendo, às vezes, grupos que são ligados a esses partidos que só querem o inchaço do estado, e utilizam essas estruturas para eles, não para a sociedade? Para eles, para a política de grupo, para política de clientela, para o velho clientelismo! É isso que não dá! A gente precisa modernizar a cidade. Esses prédios, fazendo permuta com a construção civil - nós vimos isso em Barcelona, por exemplo -, pega um prédio desses, faz uma torre de 50 andares, pega 10 para o município, troca por VGV, o município vende. Vou dizer mais, se realizasse o valor desses imóveis e colocasse no mercado, gente, era mais recursos do que o desgastante aumento do IPTU que esta Casa votou! Não precisava aumentar imposto. Eu estimo, porque fui secretário do urbanismo, que, no mínimo, R\$ 3 bilhões existem em Porto Alegre, de patrimônio, que podem ser realizados com permutas. Não tem por que estar sendo mantida essa história: “Ah, tem que manter porque é público”. Mas, que público? Não é do povo. É de algum cidadão de Porto Alegre isso? Às vezes, não pode nem entrar, não pode nem ter acesso; mas que conversa é essa? Tem é que ter creche, tem é que ter hospital, tem que ter serviço, tem que ter um estado leve. É isso que a gente tem que fazer. E é esse um dos grandes desafios que está posto aqui para esta Casa, que fica se perdendo. Volto a dizer, ser oposição por ser oposição; e daqueles que já puderam governar, quando governaram, não fizeram! Volto a dizer, se pudesse, se fosse eu, já faria nos primeiros seis meses de

governo, e teria feito um programa. Por um lado, de venda, para colocar no caixa – só tem uma dor, que hoje para colocar no caixa, é tudo gasto com folha de pagamento. Para mim, seria muito melhor que colocar no caixa, construir um hospital. O Hospital Independência está precisando ser duplicado, está precisando de R\$ 30 milhões. Não têm R\$ 30 milhões. Será que um terreno, ali da SMIC, que eu fui secretário, o Idenir foi também, o Adeli foi, na entrada do Túnel da Conceição – que está largado às traças hoje -; será que toda aquela área ao lado o Colégio Rosário, entre a Irmão José Otão e a Protásio Alves, não valeria, no mínimo, uns R\$ 10 milhões? Ser vendido poderia botar cem leitos a mais num hospital; tem oito creches no Município que não conseguem ser concluídas, e ficam discutindo aqui, Freitas, se vai vender ou se não vai vender! Tem que vender! Isso custa para manter, é como a gente ter quatro, cinco casas: tem que ter segurança, tem que pagar luz, tem que ter zeladoria, não tem sentido. Vem em boa hora este projeto, eu sou um defensor, por essas razões que eu expus aqui na tribuna, e eu espero que seja vencedor.

Ver. Mauro Zacher, com todo o respeito que o senhor merece: é a primeira vez que eu vejo o conceito de democracia ser subvertido da forma que o senhor fez aqui. O senhor disse que “estão sendo atropelados pela maioria”. Mas se isso não é democracia, nada mais é democracia. Democracia é a ditadura, como o senhor disse, da maioria; não, não é ditadura...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada presidência, prezados colegas, este tema é muito interessante, muito importante e muito controverso. Eu inicio aqui lendo, no próprio projeto, a finalização da Procuradoria da Câmara desta Casa, o que ela recomenda aos vereadores (Lê.): “Isso posto, conforme visto acima [que é toda a descrição da Procuradoria, longa, umas dez páginas], entendo que os arts. 2º, 5º e 7º são inconstitucionais, inorgânicos e ilegais e o 6º é inorgânico”.

Bom, no mínimo os advogados que vêm aqui nesta tribuna deveriam levar isso em consideração; não fui eu que escrevi isso, foi a Procuradoria da Casa. A Procuradoria da Casa, Carús! Vale ou não vale o que a Procuradoria da Casa diz? Bom, quero trazer esses temas para o debate, é isso que nós precisamos analisar. Eu queria dizer para os meus colegas vereadores Cecchim e Valter Nagelstein que a sede da SMIC, que está ali na entrada do Túnel da Conceição, quem abandonou foi justamente a gestão do PMDB. O Cecchim administrou aquilo ali. Vir aqui, agora, dizer que está abandonado, porque está atirado às traças. Mas quem é que atirou às traças? Quem é que quebrou a Carris? O PMDB. Mas quebrou para quê? Para beneficiar a alguns poucos seus. Vereador Cecchim, antes de querer atirar a pedra na janela dos outros, ou

na vidraça dos outros, pergunte aí onde está o Ernesto Teixeira, e como foi a administração do DEP no seu período. Fecho o parêntese e vou ficar por aqui.

Então, esse projeto, mil e quinhentos ou dois mil imóveis, são propriedades de Porto Alegre. Podem ser utilizados para uma boa gestão? Podem. Devem ser utilizados para uma boa gestão. Mas por que não manda para esta Casa o programa de utilização destes imóveis? Quero dizer que há poucos minutos nós tivemos aqui a comunidade da Bom Jesus que está sendo despejada de uma área pública. Muitas dessas áreas que estão propostas aqui, são áreas ocupadas hoje por comunidades, e por que nós não vimos esse mapa e reconhecemos isso? Retiramos essas comunidades, reconhecê-las. Eu votei em todos os projetos do Executivo que propôs vender área pública, votei contrário aos projetos, porque eu sempre disse: entregue para o Departamento Municipal de Habitação para fazer uma análise para ver quais dessas áreas servem para habitação. Nós temos 70 mil famílias que recebem até um salário-mínimo e que não têm onde morar hoje em Porto Alegre, e a responsabilidade legal e constitucional é do Município de fazer esses programas habitacionais. Por que não destinar estas áreas para esta finalidade?

Então, eu defendo aqui esses conceitos de boa utilização dessas áreas públicas, e não simplesmente vendê-las, porque se vender, o dinheiro vai pelo ralo, simplesmente vender, sem ter um programa onde aplicar, para resolver os problemas da cidade de Porto Alegre. E agora, o Programa Minha Casa, Minha Vida, sempre disse, e o Programa que o Bolsonaro apresenta, arrochou mais ainda dizendo o seguinte: os municípios só terão dinheiro para habitação se apresentarem imóveis para serem construídos nessas áreas. Será que o governo que faz parte da base do Bolsonaro não lê isso? Será que a base do governo que não sabe disso?

Bom, é isso que eu estou querendo discutir. Se tem um projeto nacional que destina recursos para os municípios e diz que só destinará recursos para aqueles Municípios que apresentarem áreas para os projetos habitacionais, por que manda um projeto para vender e não grava essas áreas para habitação, assim como o DEMHAB? O diretor do DEMHAB, o Mário Marchesan, tem dito que não consegue fazer habitação porque não tem área no Município de Porto Alegre. Vale ou não vale essa fala do diretor Mário? Eu acredito que vale essa fala dele. E aqui não tem ninguém contra por ser contra, nós somos contra porque, primeiro, a inconstitucionalidade apontada aqui pela Procuradoria é real; segundo, ele pede um cheque em branco para vender todas as áreas, não diz para que vai ser utilizada. Há poucos dias, tivemos aqui audiência pública com as 252 escolas infantis conveniadas com o Município. Qual é o grande reclamo dessas escolas conveniadas com o Município? Estão em áreas irregulares, não conseguem ter áreas para construir. Por que não destinar um plano municipal da educação infantil para alocar esses equipamentos comunitários de interesse público nessas áreas? Bom, tem muitas áreas que são ocupadas irregularmente e muito mal utilizadas? Tem, é verdade. Mas isso tem que ser revisto, tem que pegar e fazer uma revisão nesses processos para que não aconteça isso.

Então, esse projeto de lei é um cheque em branco! No mínimo, tinha que dizer o seguinte: qual é o destino dessas áreas, onde elas estão localizadas, quais são os

seus valores. Eu me sentiria muito mais confortável aqui para poder fazer essa análise. É óbvio que, da maneira como está, um voto consciente e coerente não pode ser dado nesse projeto porque ele não traz elementos suficientes para podermos dizer à população de Porto Alegre que essa área o Município de Porto Alegre poderá dar destino para a seguinte atividade, mas tem que dizer isso. Portanto, prezados colegas vereadores e vereadoras, aqui cria o programa de aproveitamento e gestão de imóveis. O único programa que é criado neste projeto de lei é essa palavra escrita aqui: cria o programa, porque não tem nenhum programa escrito aqui dentro da lei, como é previsto. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e a todas, uma pena que a comunidade da Mato Sampaio não esteja presente aqui, porque se fala tanto que há tantos imóveis no Município subutilizados, como diz aqui, na justificativa, e há tantas pessoas que precisam de lugar para morar, nesta cidade. Olhando o projeto aqui e a sua tramitação, eu acho curioso como se coloca o mesmo argumento, Ver. Mauro, dependendo de que lado o sujeito está. Em alguns projetos aqui, e muitos de nossa autoria, do nosso mandato, sobem aqui para dizer: “Olha, Marcelo, teu projeto foi rejeitado nas comissões; o parecer da Procuradoria é contra”. Aqui tem parecer contra da Procuradoria; foi rejeitado numa comissão conjunta. Este projeto aqui foi rejeitado em comissões conjuntas desta Casa, das três comissões que votaram o relatório, duas votaram contrariamente.

(Aparte antirregimental do Ver. Mendes Ribeiro.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Agora não vale! Agora não vale. Votaram contra o projeto. Depois, eu acho que o projeto foi feito tão às pressas, que ele chama a Câmara Municipal de Câmara de Vereadores. Fala no § 3º do art. 7º, que o comitê gestor enviara à Câmara de Vereadores. Nem é esse o nome oficial. Não existe juridicamente uma Câmara de Vereadores, existe uma Câmara Municipal de Porto Alegre. Depois, é curioso, lá no art. 5º diz: “ No âmbito do programa de aproveitamento (...) fica o Poder Executivo autorizado a dar a correta destinação aos bens imóveis próprios do Município e de suas autarquias...” Até onde eu sei, o

Município age obrigado e autorizado pela lei. Dar a correta destinação? Quer dizer que, se o Município não fosse autorizado a dar a correta destinação, ele daria destinação incorreta. Quando que o Executivo, o poder público pode fazer algo incorreto? Ou ele faz dentro da lei ou ele está fora da lei. Então são pequenos trechos que mostram que um governo precisa ser analisado no seu contexto; aqui, o contexto de quem escreveu o projeto é uma velocidade, é uma pressa em vender tudo, em entregar tudo. Ver. Mauro – estou citando o vereador aqui porque ele falou da questão das praças e parques –, esses dias entrou um cidadão no nosso gabinete, ficou sabendo que já há uma empresa que vai fazer a manutenção das praças e parques, Ver. Mauro Pinheiro. Esse cidadão que entrou ali procurando emprego perguntou: “Vereador, o senhor pode me dar o telefone dessa empresa que o prefeito contratou para gerenciar praças e parques?” Eu fui na internet, botei o nome da empresa e não consegui localizá-la; não tem telefone, tentei ligar para vários números. Ou seja, essa ideia – por isso estou falando aqui que vocês interpretam o seu governo pelo seu contexto – de que entregar tudo ao privado vai resolver o problema é uma ideia equivocada.

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Pinheiro.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereador, por favor, atenha-se ao tema.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidenta Mônica, a senhora já exerceu o papel de censora no tema da exposição.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereador, o senhor interpreta assim, mas a solicitação dos seus colegas é que o senhor se atenha à Pauta.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Eu estou me atendo à Pauta, estou dizendo que um projeto se vota interpretando o seu contexto...

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Desculpe, estou atento, e ele está discutindo a Pauta. É o censor do governo, o líder do governo quer proibir ele de falar. Assim não vale, Presidenta!

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Presidente, parabéns por tentar cumprir o Regimento da Casa.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Quem achou que eu estava mudando de assunto, que pegue as notas taquigráficas, eu estava falando de como precisa ser interpretado as iniciativas do governo no seu contexto. Aqui, não se está destinando à moradia popular, como eu falei no início da minha fala. Estava aqui trazendo exemplos de praças e parques, trazido pelo Ver. Mauro Zacher, para contextualizar o que está por trás deste projeto de lei. Fico curioso que, nas próximas

falas, alguém fale alguma coisa fora do que está no texto da lei e também haja, no mesmo contexto, censura. Então, repudio a atitude, Presidenta Mônica.

Eu falava do Fundo Pró-Mobilidade, aqui há um direcionamento no texto da lei de as receitas da venda desses imóveis serem destinadas a uma política totalmente equivocada, que é a política do pagamento pelas eventuais desapropriações, dando uma ideia rodoviarista de cidade. Vejam que, em momento algum, o prefeito poderia – e aí que está o tema central deste projeto – encaminhar para Câmara vários projetos solicitando autorização para venda, permuta dos imóveis, alienação. Mas o que a Câmara está fazendo é justamente o contrário, está abrindo mão do seu papel de fiscalização das políticas do governo Municipal. Basicamente é isso, não é um tema de oposição ou de situação, é um tema da Câmara abrir mão da sua dignidade enquanto Parlamento.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; vereadores e vereadoras, este é um projeto bom, bom para a cidade e necessário para a cidade, no entanto, eu não entendo por que a liderança do governo não permitiu que viesse a relação dos imóveis aqui para que a gente, realmente, a tivesse. Muitos colegas estão dizendo que estamos dando um cheque em branco para o Prefeito. Se o projeto fosse transferido por uma ou duas sessões para dar tempo de o governo trazer a relação dos terrenos a serem vendidos, esse projeto passaria com uma rapidez muito grande.

Nós colocamos uma emenda, Emenda nº 05, tentando minimizar esse problema, e uma subemenda à Emenda nº 05, dizendo, no § 3º, do art. 7º, líder do governo, que o comitê, quadrimestralmente, prestará contas e apresentará uma relação dos imóveis a serem vendidos. Estou completando apenas para, no meu entendimento, melhorar o projeto, deixando-o mais claro para aprovação. Para tanto, solicito que meus colegas aprove a Emenda nº 05 e sua subemenda que, no meu entendimento, será importante para a melhoria do projeto. Nesse caso, a minha bancada votará favoravelmente, sem dúvida, porque é um bom projeto para a cidade. E a cidade precisa desmobilizar e fazer caixa para que esses recursos sejam transferidos em benefício da sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, à Emenda nº 05 ao PLCE nº 016/18.

A Ver. Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara e das galerias. Queria ressaltar, novamente, a preocupação do debate da aprovação deste projeto, sem estar junto conosco a comunidade do Simpa, que, por exemplo, é uma das áreas do Município de Porto Alegre que estaria dentro desta lista, caso a gente recebesse para discussão. Preocupa-me fazer a discussão desse projeto sem a comunidade do Centro de Referência do Negro, que reúne todas as terças-feiras mais de 60 pessoas para um papo poético, utilizando aquele espaço como um espaço de formação de resistência, inclusive de formação técnica e profissionalizante. Preocupa-me não ter aqui, junto, a comunidade do Odomodê, que é uma comunidade histórica de Porto Alegre, que muito contribuiu e segue contribuindo para o resgate da cultura negra dentro do nosso território. Preocupa-me não estar aqui a Praiana. Preocupa-me não estar aqui as comunidades que resistem e residem dentro dessas áreas que a gente não sabe quais são, mas que são muitas áreas, mais de 200 mil pessoas hoje estão em áreas irregulares, ou seja, áreas privadas e áreas públicas também. Nós não termos acesso a essa lista faz com que, realmente, seja um cheque em branco para especulação imobiliária e para o governo Marchezan lotear esses territórios sem estar minimamente, como a Mato Sampaio, conversando com a comunidade antes de ter um acordo, antes de ter uma negociação. São famílias, idosos, crianças, trabalhadores que ficam preocupados sem saber se vão estar ou não dentro daquela área, que ficam sem dormir, ficam ansiosos. A gente estava debatendo agora, há pouco, sobre o setembro amarelo, sobre os índices de depressão e ansiedade, que levam ao suicídio. O que significa a gente ter hoje um projeto que tira a possibilidade de as comunidades atingidas participarem das decisões pertinentes às suas vidas, aos seus trabalhos, enfim, aos seus pertencimentos. Ao acompanhar a comunidade da Vila Cruzeiro, a Casa da Mãe Sandra do Bará, que é uma das casas que está sendo removida pela continuidade das obras da Vila Tronco, a gente se deparou com um projeto que foi aprovado aqui por esta Casa, então, uma lei complementar que gravou sete áreas dentro da comunidade da Vila Cruzeiro para serem destinadas à moradia popular, dessas famílias que foram removidas para essas áreas. Hoje mais de mil famílias foram removidas da Vila Cruzeiro, cinco anos depois dessas obras, a gente não teve uma moradia sequer construída dentro dessas áreas. Há uma investigação na Polícia Civil, que se chama “Operação Pau Oco”, que está investigando aí os desdobramentos do desvio do dinheiro público, porque o dinheiro da Caixa veio, mas as obras seguem, ao todo são 50 famílias que ainda vão ser removidas para a continuidade das obras da Vila Tronco, que vai até lá a Silva Paes, e ainda hoje não temos sequer uma resposta, por parte da justiça, dessa lei que foi aprovada aqui na Câmara de Vereadores e vetada pelo governo Fortunati. Nós conseguimos, enquanto Câmara, derrubar esse veto, mas nós ainda não temos uma resposta em relação a essas áreas que foram gravadas, são sete territórios. Um, inclusive, fica bem ali na entrada da comunidade, na Moab Caldas, ao lado do supermercado Pezzi, que é uma baita de uma área que está destinada para a construção de moradia, que também não acessaram essa lista dos próprios do Município, não sabemos se é uma área que está hoje gravada, está

na justiça, mas tem uma lei para gravar essa área, se essa área vai poder ser vendida ou não.

Frente a todo esse contexto que estamos aqui debatendo, denunciando, é que pedimos para que isso não seja votado dessa forma, não tem necessidade, hoje, por parte de um governo que, novamente, eu coloco: se elegeu reivindicando transparência, diálogo, uma boa gestão, não tem necessidade de votarmos esse projeto às pressas, dessa forma, sem minimamente estar conseguindo contatar os principais atingidos pela aprovação ou não. O que fazemos aqui tem consequências, vereadoras e vereadores, na vida concreta dos trabalhadores, e tem repercussão também. As eleições estão aí, estão chegando, e cabe a nós não só olhar para a oportunidade que foi a Vila Mato Sampaio, 80 famílias sendo removidas, toda a mídia que gerou em volta, olhar também para todas essas outras comunidades, 200 mil pessoas hoje não têm CEP em Porto Alegre. Então, 200 mil pessoas vão estar sendo afetadas por interesse de um prefeito que não tem compromisso nenhum com construção de moradia. Então, cabe a nós intervir também nesse sentido, pedindo, requerendo novamente essa lista dos imóveis aí para a base do governo. Era isso, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 05 ao PLCE nº 016/18.

O Ver. Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, numa análise do projeto e das emendas, eu acredito que, para que se aprove este projeto, necessariamente algumas emendas precisam ser aprovadas. Eu falo aqui da Emenda nº 01, Emenda nº 03, do Ver. Sgarbossa; Subemenda nº 01 à Emenda nº 05, do Ver. Nedel; Emenda nº 02, de minha autoria, ela foi encaminhada quando da ocupação por parte de moradores ali naquela área, naquele imóvel da Rua Baronesa do Gravataí nº 640. Foi por isso que apresentei a emenda no sentido de dizer que seria a única maneira de preservar aquele imóvel para a nossa ocupação popular.

Para exemplificar aqui, vou citar a Emenda nº 06, da Ver.^a Karen, e eu não vejo como não aprovar essa emenda, que retira da relação dos imóveis os territórios indígenas e quilombolas. Eu não acredito que se possa pensar em vender esses imóveis. Assim também, da Ver.^a Karen, os imóveis destinados a AEIS; nós precisamos preservar esses imóveis, portanto acredito que as duas emendas são importantes e necessárias para deixar claro.

Vereador Valter Nagelstein (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu só queria contribuir. Eu acho que as emendas

sinalizam uma orientação, uma visão, mas são absolutamente... Primeiro, a de AEIS, a gente é que tem que fazer o projeto de AEIS, é a Câmara que declara AEIS, é inócua essa emenda. E a dos quilombos e as outras, isso já é questão de legislação federal, não pode fazer alienação, o projeto trata só de bem dominical, é uma emenda para marcar posição, mas ela é inócua, não tem resultado nenhum.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Eu agradeço. Mas eu acredito o seguinte: o que está propondo a vender o Executivo? As áreas dominiais são aquelas áreas que podem ser vendidas porque elas não têm afetação nenhuma. Então, o projeto diz isso: pode ser vendida. Ora, se daqui a pouco se faz uma área e se transforma em AEIS, que se retire da relação da possibilidade de vendas. Eu acredito que, mesmo com a posição do Ver. Valter, a posição de garantirmos isso agora, as que estão gravadas, e as que virão no futuro, é uma segurança que nós temos. E a do Ver. Nedel, para fins de eficiência, o Poder Executivo enviará ao Legislativo relação atualizada, a cada quatro meses, daquilo que pretende o Executivo vender. Acho que é uma posição que buscaria votos e ela assegura a nós, do Legislativo, um acompanhamento daquilo que se está pretendendo enviar para venda. Portanto, essa é a minha posição, reiterando, mais uma vez, que essas emendas têm, sim, um cunho social bastante importante e merecem a nossa atenção toda especial. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 016/18. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu fiz uma fala anterior aqui em relação a este projeto e lembrei da necessidade de a Câmara conhecer, antes, a lista dos próprios públicos que o governo tem interesse de vender. E disse também que eu penso que é necessário realmente fazer uma varredura e se desfazer desses imóveis que não são utilizados, principalmente esses imóveis que a Prefeitura ganha em dação de alguma ação judicial. E lembrei também que nesses próprios públicos, em muitos deles, há associações comunitárias, associações de bairros, tem creches, tem várias entidades sem fins lucrativos, como a gente não tem a lista dos imóveis que serão vendidos, não se sabe se essas entidades terão seus imóveis alienados ou não.

Então, a Emenda nº 01, que apresentei, com assinatura do Ver. Ramalho que estava, na época, substituindo o Ver. Cláudio Janta, portanto, era o líder do Solidariedade, sugere que em casos de que um próprio público de alguma entidade sem fins lucrativos seja alienado, trocado, vendido, que as entidades tenham um prazo de 12 meses para serem avisadas e poderem se movimentar para que possam desocupar esse imóvel. É um gatilho de garantia a essas entidades sem fins lucrativos que, na grande maioria, tem projetos sociais, projetos culturais, tem projetos de interesses das suas

comunidades, e, como nós estamos num voo cego, não se sabe... Eu inclusive tinha falado com o Ver. Cláudio Janta; com o secretário Christian Lemos, que está aqui; já havia falado com o secretário Busatto, com o Ver. Moisés Barboza, com o Ver. Mauro Pinheiro, que se não quisessem mandar a lista dos imóveis que vão vender, que mandem a lista dos que não vão ser vendidos. Vamos fazer o inverso, para que a Câmara tenha a garantia de que está votando corretamente. Repito: se eu fosse prefeito, gostaria de me desfazer de dezenas de imóveis que têm custo para a Prefeitura e não são usados, agora, eu mandaria uma lista para cá, eu sentaria com os vereadores, eu ouviria a sugestão de cada vereador, eu teria preocupação com essas entidades sem fins lucrativos – talvez muitos dos senhores também teriam. Então, estou encaminhando pela aprovação da Emenda nº 01, que dá tranquilidade e faz a defesa das entidades sem fins lucrativos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ADELI SELL (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Adeli Sell. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 016/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, estamos encaminhando a votação da Emenda nº 01, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que tem assinatura também da liderança do partido Solidariedade. O Ver. Bosco explicou as razões da sua emenda, e eu subo em tempo de encaminhamento do meu partido, o PSOL, justamente para comentar que projetos ruins precisam ser emendados. Existem várias atividades que utilizam equipamentos públicos e próprios municipais, que precisam dessa estrutura para a manutenção das suas atividades. Existem, na cidade, dezenas de grupos artísticos que muitas vezes não conseguem encontrar um local para situar as suas atividades, para organizar as suas atividades. Por incrível que pareça, Ver. Valter, a arte não deve ser algo elitizado. Acredito que a arte popular precisa também de incentivo, precisa ser incentivada, e não apenas aquilo que o seu círculo social considera arte.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Eu estou usando o tempo de liderança do meu partido, o senhor pode utilizar o tempo de liderança do MDB logo após.

Portanto, todos os processos que envolvem a manifestação, não somente artísticas, mas também organizações que prestam serviços à população da nossa cidade, merecem ser valorizados e, no vácuo da iniciativa do governo, precisam muitas vezes do incentivo mínimo, que é um espaço para poder funcionar. Nós tivemos hoje aqui, na Câmara de Vereadores, a manifestação do Centro de Valorização da Vida. Esse órgão não é governamental, ele é da sociedade civil, pura e simplesmente, que funciona a partir de doações, da colaboração das pessoas. Se esse serviço, por incapacidade de funcionamento de recursos por falta de doações, não estivesse presente, oferecendo os seus serviços à população, o quadro que se apresenta de automutilações e suicídios poderia ser muito maior. Numa dessas idas e vindas, talvez, com recursos parcos, precisem cancelar as suas atividades. Não seria justo que o órgão governamental, o Executivo, que é quem define as políticas públicas, e na sua inércia, na sua incapacidade de oferecer tal serviço necessário, não poderia oferecer um equipamento público para, minimamente, manter a prestação desse serviço à população? Esse é o tipo de discussão que nós precisamos, sim, fazer, e o Ver. João Bosco Vaz propõe a Emenda nº 01, que permite que essas atividades sem fins lucrativos permaneçam por pelo menos mais 12 meses após a comunicação da Prefeitura para o processo de alienação, na integração do equipamento público ao programa criado por esta lei. Nós achamos que a emenda é uma forma de consertar algo muito ruim, mas, infelizmente, temos que optar – e muitas vezes votar – por uma minimização a um dano grave cometido pelo Executivo. Acreditamos que este projeto é ruim para a cidade, porque autorizará o comitê gestor a fazer alienações, e isso nós...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, só porque fui citado pelo vereador, que disse que eu penso só na arte para as elites. Eu quero lembrar ao Sr. Vereador que, no ano passado, só para registro, esta Casa investiu a maior quantia da história num projeto cultural para o povo, na orla da nossa cidade.

Ver. Robaina, o senhor não é censor da minha palavra! O senhor se coloque no seu lugar!

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01 ao PLCE nº 016/18.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Pujol, eu reclamei porque o Ver. Valter não tinha direito à palavra!

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, vamos superar isso!

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Se todo vereador citado for usar a palavra, não dá! Podes ter direito à palavra se usares o tempo da liderança, porque o Ver. Alex falou algo muito simples, que tu és defensor de uma política de elite!

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, eu não quero retirar de V. Exa. o direito da indignação, mas quero dizer que o seu tempo começou a correr.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Muito obrigado, Ver. Pujol. O Ver. Alex só fez uma afirmação correta e não tem que ser contestado por isso; o Valter tem direito de contestar, mas o que o Ver. Alex disse é a mais pura verdade: a posição do Ver. Valter é uma posição de defesa de elites econômicas, todo mundo sabe disso.

Eu quero falar sobre este projeto e sobre a emenda do Bosco. O Ver. Alex já colocou uma série de problemas que dizem respeito ao projeto como um todo. Um projeto que aliena patrimônio público, mais de 3 mil imóveis para serem alienados sem sequer que a Câmara de Vereadores saiba que imóveis são esses. É inacreditável! O Ver. Nedel, do PP, fez um pedido para o governo, para que o governo mostrasse que imóveis são esses. Nós já tivemos pedidos oficiais, formais; o governo se recusou a apresentar para a Câmara dos Vereadores quais são esses imóveis, e simplesmente quer fazer com que a Câmara dos Vereadores vote um projeto que permite ao governo alienar, vender esses imóveis, sem que a Câmara dos Vereadores conheça quais são esses imóveis, sem que a Câmara dos Vereadores discuta com o governo, por que preço, qual a finalidade que o governo vai alienar esses imóveis. Então, é uma vergonha que ocorra isso! Que os imóveis tenham que ter utilidade; sim, é óbvio que têm que ter utilidade. Nós vamos ter, por exemplo, como objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito, Ver. Mauro Zacher, esse prédio da Secretaria do Desenvolvimento, que o governo pagou um aluguel de mais de R\$ 100 mil, de aluguel, durante cinco meses, pelo menos é o que consta da acusação que é objeto a averiguação da CPI, sequer utilizou esse imóvel. Então, este governo é um governo que, de fato, desperdiça recursos públicos. E não se pode desrespeitar o patrimônio público. Então, nós estamos muito preocupados de entregar um cheque em branco para o governo, justamente, porque esse governo tem demonstrado que não sabe defender o patrimônio público; que, quando discute a gestão pública, sabe muito bem entregar o que é público para o interesse privado. Nós vimos isso na questão da iluminação pública; nós temos visto isso na gestão do HPS, onde o governo quer entregar a gestão do nosso hospital para a iniciativa privada; nós temos visto isso no DMAE, que o governo quer contratar uma assessoria, uma consultoria por R\$ 6 milhões para também fazer a privatização do DMAE, e nós estamos vendo isso neste projeto.

A emenda do Ver. Bosco é uma emenda que tenta amenizar esse problema, e pelo que sei, o governo não vai apoiá-la. Uma emenda que prevê que entidades sem fins lucrativos, nós estamos falando de entidades populares, de entidades culturais, tenham um tempo para que possam se adaptar. Então, um governo que não tem transparência, que não mostra que imóveis possui, pede para Câmara que autorize a alienação desses imóveis, sem que a sociedade saiba que imóveis são esses, aí tem a emenda de um vereador, que todos sabem que tem ligações com entidades culturais, populares, da cultura de Porto Alegre, dizendo: “Alto lá, cuidado para não cometer injustiças”. Porque esse é o governo que, se não tivesse a ação da Câmara de Vereadores, no dia de amanhã, estaria autorizando o despejo de 58 famílias lá do Mato Sampaio, da Bom Jesus, que seriam despejadas para que o governo construísse uma praça no lugar dessas moradias. Então, é um governo sem critério democrático e sem transparência. A emenda do Ver. Bosco busca amenizar, busca dar o mínimo de garantia para entidades culturais. O nosso chamado é pelo voto favorável à emenda do Ver. Bosco, uma emenda que busca diminuir danos, uma emenda que o Ver. Bosco buscou dialogar com o governo, nós vimos que a intervenção do Bosco e do Janta têm sido de diálogo com o governo. Portanto, pedimos a aprovação dessa emenda para que, de fato, nós não tenhamos mais injustiças sendo cometidas contra entidades populares, democráticas e culturais da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 016/18.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Ver. Pujol, V. Exa. fica muito bem nesta cadeira. Ano que vem, esta Casa estará muito bem representada, muito bem liderada por V. Excelência. Ver. Robaina, não há como nós não termos essa incerteza em relação ao projeto que estamos às vésperas de votar e, por isso, chamo a atenção dos colegas vereadores, porque não abrimos mão da nossa prerrogativa, aquela que o povo nos concede, nos coloca aqui justamente para que nós possamos fiscalizar, acompanhar os atos do governo. Eu quero relembrar aqui uma das falas do prefeito Marchezan, quando ele ainda era convidado para ir nesses almoços de empresários, parece que tem cada vez menos sido convidado devido a sua alta rejeição, baixíssima aprovação do seu governo na cidade, e, em uma dessas falas, ele oferece de graça a Carris. Posteriormente, também oferece a FASC, nem se sabe para quem. Diante deste pouco compromisso ou zero compromisso que ele tem com a coisa pública, com o patrimônio público, evidentemente, que nos traz a incerteza e a insegurança de um projeto que dá um cheque em branco, autonomia total ao governo a fazer o que quer com o patrimônio público. Nós queremos saber, nós queremos que o governo entregue essa lista. Não sei qual é o motivo, aliás, eu digo com a maior tranquilidade, estava aqui o secretário de gestão, não sei se está aqui ainda, a Secretaria da Fazenda tem essa lista. A Fazenda tem

essa lista, Ver. Airto Ferronato. Essa coisa de que o governo... O Ver. Valter Nagelstein veio aqui a esta tribuna dizer que o governo não tem, é mentira. O governo tem, a Fazenda tem essa lista disponível. Talvez avaliado ou não, mas tem essa lista. Quer dizer, se o governo quisesse estabelecer, dizendo: “Olha, nós queremos ter a prioridade para poder fazer permutas, fazer ...” – *o.k.*, mas que a Fazenda tem essa listagem, ela tem. Em que condições estão esses imóveis? Bom, é outro papo.

Então, o fato é que nós queremos chamar atenção, porque os temas importantes... Eu gosto de ver que o governo, o prefeito vai lá e diz: “Olha, eu quero dar a Carris, ela não é mais superavitária, ela dá prejuízo”. Mas eu gostaria que o governo trouxesse um plano para que nós pudéssemos melhorar o transporte público da cidade. Ora, eu faço esse exercício para aquelas pessoas que me cobram: “Mauro, tu és a favor ou contra a privatização da Carris?” Eu respondo: “Olha, eu quero dizer para vocês que eu sou contra”. “Mas, por que tu és contra? Ela não está dando prejuízo?” Mas façam o seguinte exercício: peguem dez usuários de ônibus... Aliás, quem defende a privatização da Carris são justamente aquelas pessoas que não usam ônibus. Perguntem para dez usuários do transporte público qual é a melhor empresa de transporte público em Porto Alegre. Olha, não seriam nove, seriam dez usuários que diriam para vocês que – façam esse exercício – a Carris é a melhor. Ainda é a melhor, com todo o sucateamento, com tudo que já fizeram com a nossa Carris. Ainda é a melhor! Imaginem se o governo conseguisse aprovar a privatização da Carris e vendesse ela ao mercado. É bem provável, Pujol, que quem ganhasse seriam os mesmos que ganharam a licitação, ou seja, os mesmos que apostam, há muitos anos, no transporte público, as empresas que têm a concessão, ou seja, nós iríamos piorar o transporte público da cidade. O que eu quero dizer é que tudo aquilo que trata de público, tem que ter uma avaliação com dados, com números, com entidades, com discussão, pensar o que é estratégico, o que é melhor para a cidade.

Eu quero aqui, novamente, usar da tribuna para dizer do péssimo negócio que foi feito em relação à iluminação pública de Porto Alegre. Nós estamos pagando R\$ 500 milhões numa coisa que poderia custar R\$ 70 milhões, apenas para dizer que somos liberais. É isso que o governo está querendo dizer, mostrar para a cidade, para uma parcela da sociedade que gostaria de ter um estado menor, mas além de ser menor, tem que ser bom, tem que ser um bom negócio, isso não é discutir. Então, o que nós queremos é, novamente, vir a esta tribuna dizer que o governo que traga a lista, mostre o que quer vender, que nós queremos fazer o bom debate e a discussão daquilo que é o bem público.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 016/18.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, a emenda do Ver. João Bosco Vaz e do Ver. Janta diz o seguinte. (Lê.): “Os bens imóveis previstos no caput deste artigo, eventualmente ocupados por entidades sem fins lucrativos, só passarão a integrar o Programa criado nesta Lei depois do Município obter a sua posse, garantindo para entidade, após receber notificação, um prazo mínimo de 12 meses para desocupar o imóvel”. Eu quero alertar que tecnicamente essa emenda é esdrúxula, porque isso é regulado em lei, e isso é no capítulo das concessões, permissões e autorizações do poder público, que são faculdades que o poder público detém para ceder imóveis. E todas essas, do ponto de vista do direito, Ver. Hamilton, são instituições que a gente chama de precárias, e, em 72 horas, prazo que a lei determina, o poder público pode exercer a sua prerrogativa, que é de retomar. É óbvio que ninguém vai pegar uma entidade dessas, uma creche, como dizem, e quererem retomar, até porque não tem sentido. Mas não se pode, aqui nessa lei, alterar algo que é um dispositivo do direito administrativo regulado como tal. Então, sob esse aspecto tem uma impropriedade, na emenda, para a qual eu queria chamar a atenção dos Srs. Vereadores

Por último, eu só quero repor a verdade. Palavras são palavras, todo mundo pode dizer o que quer, fazer é diferente. Eu tenho muito orgulho de, no ano passado, quando presidi esta Casa, ter construído, com os 36 vereadores, um projeto de lei que garantiu uma rubrica cultural para cá, que foi Porto Alegre na História, que garantiu que R\$ 300 mil ficassem alocados para todas as gestões futuras poderem aproveitar esse recurso em programas e projetos culturais, Ver. Alex, e nós, no ano passado, fizemos um espetáculo para o povo. Como o senhor é da elite, o senhor não estava na orla, o senhor não foi ao espetáculo da Revolução Farroupilha; o senhor não viu, inclusive, a interpretação sobre o episódio de Porongos, que tratou do extermínio dos negros que lutavam na Revolução Farroupilha. Nós fizemos isso, fizemos sob a presidência deste vereador, com a construção deste vereador, com o desejo compartilhado com os Srs. Vereadores de fazer um projeto de lei e de investir em cultura. Imaginem se eu de fato fosse um elitista. Eu acho que elitista é que não foi, quem criticou, quem não estava presente e é quem, quando tem a possibilidade de fazer, não faz. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Registro a presença do nosso ex-vereador, Delegado Cleiton.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 016/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE 016/18. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Mendes Ribeiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, esta emenda nasceu, sim, quando da ocupação daqueles imóveis da Baronesa do Gravataí, do 640 ao 680, como uma homenagem àquelas pessoas que lutam dignamente na busca de moradia. E aprovar esta emenda é um reconhecimento às pessoas que não têm imóveis para morar porque, na época, não tinha como fazer – é a pergunta do Valter: por que não fazer uma AEIS? Na verdade, havia a ocupação, e nós estávamos prevendo que a votação fosse urgente. Portanto, vamos votar favoravelmente a esta emenda que é um reconhecimento, repito, àquelas pessoas que lutam por moradia popular. Se for preciso AEIS, que se faça depois, Valter, não dava tempo na época. Vou votar “sim”. Obrigado e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 18h20min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Colegas vereadores, eu só queria entrar num assunto aqui que estou para entrar desde que iniciou, não consegui entrar porque eu recebi uma visita que ocupou o meu tempo e aí nós entramos direto na Ordem do Dia. Nós, vereadores, temos recebido aqui visitas de conselheiros tutelares pedindo para que nós intervenhamos no processo sucessório que está existindo no Conselho Tutelar de Porto Alegre. Um processo que vem se enrolando. Um processo que, em maio, o governo federal permitiu a reeleição dos conselheiros tutelares, onde vários, depois do edital, em abril, se inscreveram. Foi feita uma prova, onde vários entraram na justiça, anularam dez questões, e foi feito o processo de eliminação, de aprovação, tanto faz. Estou falando tudo isso para dizer aos colegas que quando alguém se forma em advogado, tem que ir lá fazer a prova da OAB; quando alguém se forma em medicina, tem que ir lá fazer a prova no Conselho Regional e assim vai, todas as profissões regulamentadas, principalmente profissões que lidam com a vida e a liberdade das pessoas têm testes e esses testes são feito. No Conselho Tutelar, não foi

diferente, teve o edital, teve regras e teve o teste, no qual algumas pessoas não passaram e agora vão à justiça. Mesmo depois de terem sido anuladas dez questões da prova, não passaram. E aí vão à justiça pessoas que querem cuidar das crianças na cidade de Porto Alegre. O edital que foi colocado é público, é conhecido de todos, com regras que já estavam estabelecidas e, mesmo assim, as pessoas que não conseguiram passar no teste foram à justiça. Eu sugiro a elas que abandonem essa questão de serem candidatas a conselheiro tutelar, pois existiam critérios que foram preenchidos, as pessoas fizeram a prova, os que foram aprovados estão disputando as eleições agora no dia 6 de outubro. Vários e vários ingressaram na justiça, alguns ganharam através de liminar, outros não. Mas se as pessoas querem disputar algo que não precise de prova, querem disputar algo que não tem antes um processo de seleção, querem disputar isso através de voto, sejam candidatas a vereador, então. Para ser vereador não precisa de prova nenhuma, é só nas urnas. Que sejam candidatas a vereador. Agora, lidar com a questão das crianças e adolescentes da cidade de Porto Alegre, lidar com as dificuldades que pais e mães têm para educar e criar os seus filhos, lidar com a dificuldade que os gestores públicos, diretores de escola, professores têm para exercer a questão da criança e do adolescente, isso necessita de conhecimento, é necessário conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, não só conhecer, mas saber interpretá-lo.

E aí, volto a insistir, mesmo dez questões tendo sido eliminadas do processo de seleção, conselheiros não atingiram a nota mínima e aí entraram na justiça, o que pode levar toda essa eleição que vai ocorrer agora dia 6 de outubro para o Judiciário. Quem não poderia disputar a eleição e vai disputar com segurança, com mandado, isso e aquilo, quem perder, poderá usar desse mesmo recurso. Então, eu faço um alerta aqui: existem critérios para as pessoas serem candidatas a conselheiros tutelares, os quais, queiram ou não, têm que ser cumpridos. Então, eu quero dizer que não adianta bater na porta do meu gabinete, que nós não vamos assinar nada, vamos querer que o que foi estipulado pelo ECA seja cumprido, que o que foi estipulado pelo Conselho da Criança e do Adolescente em Porto Alegre neste edital seja cumprido. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas vereadores, venho a esta tribuna já que sou um fiscal rigoroso da EPTC. Tem gente que pensa que o trabalho de vereador é só legislar, aliás nós temos leis demais, tanto que tivemos uma comissão especial de revisão legislativa justamente por isso, o arcabouço legislativo da cidade é gigantesco. E quanto mais leis mais sinal da barbárie de uma sociedade – isso a gente aprende na filosofia do direito. A abundância legislativa é déficit de cidadania, a abundância legislativa representa uma sociedade que não consegue se auto-organizar ou, como diziam os americanos, *self-government*.

Então, nós somos também fiscais, a nossa função como vereador, para você que está em casa, acredito até que a principal função nossa é fiscalizar. O fiscal, como já dizia Rousseau, quem vai fiscalizar o fiscal? Esses somos nós, vereadores.

Ver. Mauro Pinheiro, eu venho com muita alegria, eu que sou um fiscal da EPTC, trazer um elogio nesta tribuna à postura da EPTC, que revisou um conjunto de multas aplicadas em frente à Prefeitura a vários taxistas. Foram muitas multas. Eu recebi um ofício de 12 multas que foram anuladas de um mesmo agente. Algumas dessas multas foram aplicadas no espaço de 1,5 minuto, o agente colocava a mão no nome para não ser identificado, colocava a mão na sua identificação, e ele multou vários taxistas pela razão de que o passageiro estaria sem cinto de segurança. A EPTC, e aí vai meu elogio, com senso de justiça, com equilíbrio, com o respeito à coisa pública, chamou cada taxista para uma vistoria. Eu não estava acompanhando o processo, recebi no gabinete esses taxistas meio apreensivos, achando até que era uma perseguição da EPTC. Não era; era para auferir o grau de visibilidade do vidro traseiro, pois, de fato, não dava para identificar se a pessoa estava com o cinto ou não. Segundo o ofício que eu recebi da EPTC, o principal motivo foi a falta de abordagem do fiscal que, simplesmente, ficou escondido atrás do poste autuando os taxistas. Bom, o problema não é só o recurso, colegas vereadores, três multas daquelas já suspendem a carteira de um profissional que depende do táxi para sobreviver. Então, hoje, pela manhã, eu estive lá no posto de táxi para comunicar a eles que as multas tinham sido anuladas. Uma das razões das anulações foi a falta de padrão no manual de fiscalização, tanto da EPTC quanto do manual nacional, isso me explicaram por ofício, pelo nosso Presidente Fábio Berwanger, a quem vai o meu abraço republicano, que, não obstante a todas as críticas que eu tenho feito à EPTC, neste momento, merece o elogio por ter reconhecido e por ter pensando no cidadão e na realização da justiça. Então o meu abraço e os meus parabéns à EPTC pela postura nesse caso em particular. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, pessoal nas galerias, TVCâmara, eu solicitei aqui à equipe técnica da Casa, e agradeço, para passar algumas imagens do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU da Lomba do Pinheiro. Quero dizer que esse projeto importante, esse espaço importante que nós queremos entregar para a população da Lomba do Pinheiro é um espaço cultural. Nós já falamos aqui, eu estive inclusive, no início do governo, em Brasília, porque nós tínhamos uma ameaça de perder os recursos para esse importante espaço de convívio para os jovens, para a área cultural, para a área esportiva... Só que eu trago essas tristes imagens para fazer um apelo à comunidade da Lomba do Pinheiro. Agora, nós temos lá uma empresa... Quero deixar claro que este governo, desde o início, tentou recuperar as obras que tinham sido abandonadas no

governo anterior por força do desejo da empresa que ganhou, no governo passado. Todo o processo licitatório foi feito, uma empresa ganhou e está lá para retomar a conclusão desse importante espaço. Porém, é a segunda vez que é arrobado o container dessa empresa que está lá para recuperar a área para a população. Então, eu faço um apelo para que a população: ajude a Prefeitura, o governo e a cidade a zelar por aquele espaço, porque pode vir a acontecer a mesma coisa que aconteceu no passado. A empresa que está lá já teve equipamento roubado, o container estourado, então, a empresa pode vir a desistir, o que seria novamente um problema, e a culpa não é deste governo. Vemos alguns partidos populistas, eleitores irem lá e dizerem que a culpa é do prefeito tal, que a culpa é do prefeito anterior, a culpa não é nem do prefeito anterior; houve o abandono de uma empresa.

Então, por favor, comunidade da Lomba do Pinheiro, ajude a zelar para que esse vandalismo, esses furtos que estão acontecendo... O governo já comunicou, através da Secretaria de Segurança, o nosso colega Rafão ajudou, a Guarda Municipal, a Brigada Militar, só que nós não podemos retirar efetivo da Brigada Militar que cuida muito da segurança para ficar lá cuidando de um container. Então, eu solicito à comunidade da Lomba do Pinheiro porque é uma luta antiga e a gente precisa cuidar daquele espaço para que a gente possa entregar para a sociedade e para a comunidade. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro; demais vereadoras e vereadores; público que nos assiste pela TVCâmara; eu quero falar aqui sobre o projeto que iniciamos a votação. Eu abri mão, durante o dia, de fazer esta fala, tendo em vista que nós gostaríamos de ter apressado ainda mais para podermos votar o projeto o quanto antes. Eu ouvi várias reclamações, de vários vereadores, dizendo, primeiro, que precisavam de mais tempo para estudar o projeto, que esse era um projeto importante e que deveria ter mais tempo para se discutir. Esse projeto, secretário Rigon, é de 2018. Estamos há mais de um ano com esse projeto na Casa, e alguns vereadores querem postergar, pedindo mais tempo para discutir e para entender o projeto. Em segundo lugar, foi falado em falta de transparência do projeto. O projeto prevê que de quatro em quatro meses a Prefeitura tem que prestar contas de todos os imóveis que forem negociados. O projeto diz também que vai ser formado um comitê gestor com a procuradoria, com o planejamento, com o prefeito, com várias secretarias para discutir e decidir quais os imóveis que serão negociados, alienados ou vendidos. Então, quem leu o projeto sabe que ele é importante para a cidade e que tem total transparência.

Além do mais, eu vi aqui vários vereadores dizendo que os recursos deveriam ir para moradia, para infraestrutura, e o projeto justamente é para isso, Ver. Wambert, esse projeto é para alienar e vender imóveis que não são utilizados pelo governo. Por exemplo, aquelas nesgas de terra que ficam em alguns locais, aqueles

terrenos que a Prefeitura não usa para nada, que estão lá, parados, muitas vezes criando um problema para o Município. A ideia do Município é poder negociar esses terrenos e, dessa forma, fazer recursos que serão utilizados num fundo que também está previsto no próprio projeto. Então, quem se deu ao trabalho de ler o projeto, na justificativa está escrito (Lê.): “Os recursos financeiros arrecadados serão destinados ao Fundo Especial Pró-Mobilidade (Funpromob), instituído pela Lei Complementar nº 703, de 28 de setembro de 2012, que tem como finalidade o *‘financiamento da implantação das obras de infraestrutura, das aquisições e das desapropriações, das despesas administrativas e judiciais dela decorrentes, das áreas vinculadas ao sistema de transporte e viário projetado, da instalação de equipamentos públicos, praças e parques, na preservação de bens tombados, nos programas de reassentamento e realocação de famílias atingidas pela implantação das obras e nas demais hipóteses previstas no art. 26 da Lei Federal nº 10.257, de 2001, e alterações posteriores’*”. Então, os recursos que serão buscados pela Prefeitura, por imóveis que hoje não são utilizados, que estão sendo desvalorizados e que muitas vezes, ao contrário, criam problemas para a Prefeitura, estamos dando acordo para que a Prefeitura, através de um comitê com total transparência, possa transformar em recursos e ir para um fundo municipal, que vai ser utilizado, inclusive, para moradias para as pessoas que tanto necessitam.

Portanto, os vereadores que não querem somente fazer oposição por oposição, ao lerem e estudarem o projeto, irão ver que esse é um projeto que vai avançar na cidade de Porto Alegre, que vai ser usado em benefício da população de Porto Alegre, através de mais infraestrutura, de mais moradias e que poderá, dessa forma, auxiliar a cidade de Porto Alegre. Mas, como nós sabemos, alguns vereadores ao invés de querer o melhor para a cidade de Porto Alegre, eles querem criar problemas e discursos, discursos. Esse é o projeto que começamos a votar hoje, no início da tarde, e estamos até agora, Ver. Moisés, e conseguimos votar apenas uma emenda, porque alguns vereadores, ao invés de pensar no bem da cidade, pensam em fazer oposição e disputa política em tudo aqui nesta Casa. Esse é o primeiro projeto que nós estamos conseguindo votar, pelo governo, neste segundo semestre, por várias vezes, vereadores querem postergar os projetos do governo, projetos que vão mudar a cidade de Porto Alegre.

Então, o senhor e a senhora que estão em casa, que estão nos assistindo, prestem a atenção e vejam como alguns vereadores fazem de tudo para atrapalhar a cidade, o bom andamento do serviço, ao invés de buscarem recursos para mais infraestrutura e melhores condições para a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0357/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 007/19, que inclui o inc. III e o parágrafo único no art. 94 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (PREVIMPA).

PROC. Nº 0359/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 009/19, que cria Comitê Geral de Avaliação de Metas de Produtividade (CGAMP) responsável pela avaliação e aferição de metas e indicadores de gratificações que elenca no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0383/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/19, que altera o § 5º e os incs. I, II, III, IV, V, VI e VII do § 8º do art. 32 da Lei Complementar nº 765, de 8 de julho de 2015.

PROC. Nº 0306/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 139/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel e outros, que denomina Rua Oly Fachin o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Seiscentos e Noventa e Sete, localizado no Bairro Farrapos.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0231/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 109/19, de autoria do Ver. Paulo Brum, que obriga a realização do exame de sangue creatinofosfoquinase (CPK) na triagem neonatal da rede pública ou privada de saúde do Município de Porto Alegre e dá outras providências.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h40min.)

* * * * *